



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 13

SÁBADO, 24 DE MARÇO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

S U M Á R I O

1 — ATA DA 11ª SESSÃO, EM 23 DE MARÇO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Sr. Presidente da República

— Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aprovação.

Nº 63, de 1973 (nº 51/73, na origem), referente à indicação da Sra. Dora Alencar de Vasconcellos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Domínio do Canadá.

1.2.2 — Ofício do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº 3/73-P/MC, de 14 do corrente, encaminhando o texto da Lei nº 2.311, do Estado do Espírito Santo, que teve seus arts. 20, 21, 23 e 25 declarados inconstitucionais, nos autos do Recurso Extraordinário nº 72.374 e cujo acórdão foi encaminhado ao Senado com o ofício nº 2/72-P/MC.

1.2.3 — Expediente Recebido

Lista nº 7, de 1973

1.2.4 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1973, de autoria do Sr. Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 222 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR WILSON CAMPOS — Papel desempenhado pela PETROBRÁS, no desenvolvimento do País.

SENADOR DINARTE MARIZ — Relatório das atividades desenvolvidas pela Delegação Brasileira no XXXIII Congresso da Associação Internacional do Skal Clube, realizado em Tel-Aviv, de 29 de outubro a 3 de novembro de 1972.

SENADOR FRANCO MONTORO — Justificando indicação de sua autoria encaminhada à Mesa.

1.2.6 — Leitura de Indicação

Nº 1, de 1973, de autoria do Senador Franco Montoro, que sugere a adoção de novo procedimento no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer nº 471/72, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Indicação nº 1/72, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando, de conformidade com o artigo 248 e seguintes do Regimento Interno, sejam aplicadas as medidas necessárias à proteção dos índios segregados numa colônia penal para índios, em Crenaque-MG, conforme publicação pelo “Jornal do Brasil”, edição de 27 de agosto de 1972. Discussão encerrada, sendo adiada sua votação por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 30/72, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema do mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social. Discussão sobreposta, em virtude do Requerimento nº 12/73, de adiamento de sua discussão para a sessão de 30/3/73, cuja votação fica adiada por falta de quorum.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Editoral)

3 — DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “RECEITA E DESPESA” E “BALANÇE DO ATIVO E PASSIVO” DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS.

4 — ATAS DAS COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

ATA DA 11ª SESSÃO EM 23 DE MARÇO DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR FILINTO MÜLLER

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Renato Franco — Clodomir Milet — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Ruy Santos — Paulo Tôrres — Danton Jobim — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aprovação:

MENSAGEM Nº 63, DE 1973

(Mensagem nº 51/73, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
----------------	------------

Ano	Cr\$ 80,00
-----------	------------

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

De acordo com o preceito constitucional (art. 42, III), tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer da Senhora Dora Alencar de Vasconcellos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Domínio do Canadá, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1.961.

Os méritos da Senhora Dora Alencar de Vasconcellos, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 22 de março de 1973. —
Emílio G. Médici.

Informação

Curriculum-Vitae:

Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos.

Dora Alencar de Vasconcellos — Nascida no Rio de Janeiro, Guanabara, 6 de setembro de 1910. Professora de Prática Consular, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, no Instituto Rio-Branco.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1938.

Auxiliar do Chefe do Departamento Diplomático e Consular, 1939 e 1942.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1939.

Membro da Delegação do Brasil à Conferência dos Estados Americanos, Havana, 1940.

Promovida a Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, 1942.

Cônsul-Adjunto em Montevidéu, 1943 a 1947.

Encarregado do Consulado-Geral em Montevidéu, 1946 e 1947.

Segundo-Secretário da Embaixada em Montevidéu, provisoriamente, 1947 a 1948 e 1948 a 1950.

Promovida a Cônsul de Primeira Classe, por antigüidade, 1950.

Auxiliar, interino, do Secretário-Geral, 1951.

Auxiliar do Chefe do Departamento Político e Cultural, 1951.

Secretário-Geral-Adjunto da Comissão Organizadora do I Congresso da União Latina e Chefe da Secretaria do mesmo Congresso, Rio de Janeiro, 1951.

Membro da Comissão de elaboração dos Anais do I Congresso da União Latina, 1951.

Secretaria da VIII Assembléia Interamericana de Mulheres, Rio de Janeiro, 1952.

Cônsul-Adjunto em Nova York, 1952 a 1958.

Conselheiro, 1954.

Encarregado do Consulado-Geral em Nova York, 1953, 1954, 1955, 1956 e 1958.

Promovida a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1958.

Cônsul-Geral em Nova York, 1958 a 1964.

Delegado-Suplente do Brasil à XIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas (ONU), Nova York, 1958.

Participante da XXIX Conferência Anual de Conchichig, Toronto, 1960.

Secretário-Tesoureiro da Sociedade de Cônsules Estrangeiros, Nova York, 1962.

Participante do Simpósio Latino-Americano, Nassau, 1962.

Presidente da Sociedade de Cônsules Estrangeiros, Nova York, 1964.

Promovida a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1964.

Embaixadora em Ottawa, 1966 a 1969.

Participante da Reunião de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América, Washington, 1967.

Embaixadora em Port-of-Spain, 1970 a 1973.

Embaixadora em Barbados, cumulativamente, 1972 a 1973.

A Embaixadora Dora Alencar de Vasconcellos, nesta data, encontra-se no exercício

da função de Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Port-of-Spain.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores em 19 de março de 1973. — *Ayrton Gil Dieguez*, Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores)

OFICIO

Do Presidente do Supremo Tribunal Federal

— Nº 3/73—P/MC, de 14 do corrente, encaminhando o texto da Lei nº 2.311, do Estado do Espírito Santo, que teve seus arts. 20, 21, 23^e e 25 declarados inconstitucionais, nos autos do Recurso Extraordinário nº 72.374 e cujo acôrdo foi encaminhado ao Senado com ofício nº 2/72—P/MC.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 7, DE 1973
EM 23 DE MARÇO, DE 1973

Congratulações à Mesa do Senado Federal pela sua Eleição:

— do Sr. Governador Tenente-Coronel Cesar Cals de Oliveira, do Estado do Ceará;

— do Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, Ministro da Marinha;

— do General-de-Brigada Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro da Aeronáutica;

— do Prof. Antonio Delfim Netto, Ministro da Fazenda;

— do Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Ministro da Indústria e do Comércio;

— do Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores;

— do Coronel Higino Caetano Corsetti, Ministro das Comunicações;

— do Dr. Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura;

— do Dr. José Carlos Moreira Alves, Procurador-Geral da República;

— do Dr. Romeo de Almeida Ramos, Consultor-Geral da República;

— do Dr. Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça de São Paulo — SP;

— do Dr. Paulo Salim Maluf, Secretário dos Transportes de São Paulo — SP;

— do Sr. Geraldino Martins Barros, Presidente da Câmara Municipal de Cumbá — MT;

Comunicação de Eleição e Posse:

— do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Raphael de Barros Monteiro, comunicando sua eleição para o aludido cargo, bem como a do Sr. Ministro Carlos Thompson Flores, para o cargo de Vice-Presidente;

— do Prefeito de Barra do Rocha — BA;

— do Prefeito de Glória — BA;

— do Prefeito de Santana — BA;

— do Prefeito de Caçu — GO;

— do Prefeito de Couto Magalhães — GO;

— do Prefeito de Felicio dos Santos — MG;

— do Prefeito de Cruz do Espírito Santo — PB;

— do Prefeito e Vice-Prefeito de Caxambu do Sul — SC;

— do Prefeito de Jaguaruna — SC;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cajueiro — AL;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Macapá — AP;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Rocha — BA;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caraguatatuba — SP;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaboticabal — SP;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cuitegi — PB;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bodocó — PE;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sarandi — RS;

— do Prefeito de Couto Magalhães de Minas — MG;

Envio de Publicações:

— do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, de São Paulo — SP, enviando exemplar de “O Arauto do Vendedor”;

— da Universidade de São Paulo, enviando o “Quadro Estatístico” referente ao mês de fevereiro de 1973 — Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) da Classe de Renda Familiar Modal no Município de São Paulo;

— da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (Sede Executiva-Recife-PE), enviando exemplares do Relatório Final das Resoluções do 8º Congresso Nacional de Servidores Públicos do Brasil, realizado em Porto Alegre — RS;

Diversos:

— do Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina, solicitando informações sobre aquisição de bolsas de estudo para o ano letivo de 1973.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11 de 1973

Acrescenta parágrafo único ao art. 222 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Dec. lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 222 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

Art. 222

Parágrafo único — Nos casos de reincidência, poderá o órgão fiscalizador determinar a interdição parcial ou total do estabelecimento ou local de trabalho até que sejam eliminadas as causas motivadoras da infração.

justificação

O Capítulo V, do Título II, da Consolidação das leis do Trabalho, ao dispor sobre as condições de segurança e higiene do trabalho, alinha diversas normas imperativas que visam em sua maioria, à eliminação ou, pelo menos, ao abrandamento de certos fatores que põem em risco a vida ou a saúde do trabalhador.

Com as modificações introduzidas pelo Decreto-lei nº 229/67, ficou o Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho incumbido de proceder ao exame e fiscalização dos locais de trabalho, e de apontar às empresas as medidas que se tornam exigíveis em virtude das referidas disposições.

Sucede que, apesar dessas normas terem um caráter compulsório ou coercitivo, as sanções aplicáveis pelo seu descumprimento restringem-se a simples penalidades pecuniárias que variam de um a dez salários-mínimos.

Ora, fácil é de compreender que, por exemplo, a empresa, ante a necessidade de adquirir equipamentos de alto custo determinados pela fiscalização preferirá pagar, tranquilamente, a multa. Não se diga que o empresário é indiferente às boas ou más condições ambientais em que trabalha o seu operário. Ele bem sabe que, eliminados os riscos ou a nocividade do local de trabalho, a produtividade aumentará. No entanto, a providência, a medida acauteladora ou profilática às vezes é reاردada pela necessidade de não se interromper uma programação ou uma rotina já em execução.

Nesse descompasso, o trabalhador fica sem adequada proteção, arriscando sua vida ou minando a saúde à espera do cumprimento da exigência ditada pelo DNSHT.

O presente projeto visa, tão somente, a aumentar o poder coercitivo da norma tutelar. Não resta dúvida de que, sabendo ser possível o fechamento total ou parcial de sua indústria, o empresário cuidará, rapidamente, de atender às determinações do órgão fiscalizador.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1973. — *Nelson Carneiro*.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 222. As infrações do disposto no presente Capítulo serão punidas com a multa

de 1/10 (um décimo do salário-mínimo regional a 10 (dez) vezes esse salário.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

A matéria lida será encaminhada às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Wilson Campos, primeiro orador inscrito.

Sr. Wilson Campos (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando, há vinte anos, se discutiu, na Câmara dos Deputados, o projeto que resultou na Lei nº 2.004, nem os mais otimistas partidários do monopólio estatal do petróleo poderiam prever o que a PETROBRÁS realizaria em menos de quatro lustros numa clara demonstração da capacidade administrativa de uma equipe pioneira, graças à maciça adesão da opinião pública e à firme determinação do Governo, no sentido de eliminar um dos mais graves pontos de estrangulamento da nossa economia.

Ninguém poderia imaginar que os poucos mais de 400 metros cúbicos de produção diária de óleo bruto chegassem a mais de dez milhões de metros cúbicos em 1969, multiplicando-se mais do que duas mil vezes em quinze anos.

E não se diga que não houve grandes obstáculos a vencer, podendo-se citar como o mais sério de todos a campanha de descrédito mais de uma vez levantada, com larga repercussão no Parlamento e na imprensa, contra o monopólio estatal, que por duas vezes se tentou extinguir. Contra o voto de apenas quatro parlamentares signatários do projeto, foi repelida a proposta de extinção, nos idos de 1955, fato que se repetiria, logo depois, na Câmara dos Deputados.

Todas as vitórias obtidas devem creditar-se à instituição do monopólio estatal e à PETROBRÁS que, vencendo sucessivos obstáculos, superando algumas crises administrativas, pôde conservar a unidade de doutrina que comandou a sua instituição e encontrou, nas sucessivas administrações, mesma esperança do primeiro momento e o seguro, apoio governamental.

Forçoso assinalar que o petróleo brasileiro só foi encontrado, pela primeira vez, no Recôncavo baiano, depois de instituído o Conselho Nacional do Petróleo, que ordenou a abertura dos primeiros poços e o início da lavra. Prosseguindo nessa tarefa, a PETROBRÁS tem demonstrado que não apenas existia essa riqueza em nosso subsolo, senão também que, à sua descoberta, e seguiria um sem-número de realizações, capazes de eliminar, de uma vez por todas, as duas afirmações gratuitas dos adversários do monopólio estatal: primeiro, que não dispúnhamos de reservas petrolíferas; segundo, que não teríamos capacidade nem condições para explorá-las, se descobertas.

Progresso Espetacular

Hoje multiplicamos as nossas refinarias a ponto de superar, o combustível operado no

Brasil, as necessidades de consumo interno; possuímos uma frota de petroleiros que cresce dia a dia; as refinarias estatais competem vantajosamente com as preexistentes da iniciativa privada; possuímos oleodutos; temos uma vitoriosa indústria petroquímica; elaboramos, aqui mesmo, vasta gama de subprodutos; multiplicam-se, anualmente, as inversões em projetos diversificados e a PETROBRÁS é a maior empresa da América Latina.

Ao completar, este ano, seu segundo decênio de vigência a Lei nº 2.004, de 1953, que dispôs sobre a política nacional do petróleo, definindo as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo e instituindo a sociedade por ações "Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima", demonstra que aquela histórica decisão do Conselho Nacional, mobilizando entusiasmaticamente a opinião pública do País, foi, realmente, um largo caminho aberto à nossa emancipação econômica. E não é só isso: o desempenho da PETROBRÁS revigorou a confiança do povo brasileiro em sua própria capacidade de realização contribuindo, de maneira inegável, para novas arrancadas, em vitoriosos empreendimentos do Estado, como, mais recentemente, a ELEROBRÁS, hoje com igual número de subsidiárias, superando a crônica crise energética que vivímos enfrentando há meio século.

Consciência Nacional

Quando, agora, contemplamos o panorama econômico brasileiro de há vinte anos, ficamos surpreendidos por identificar, no grande debate ideológico, econômico e político então suscitado, um grande momento da nossa história: aquele em que se formava uma verdadeira consciência nacional em torno de questões vitais para o nosso desenvolvimento.

Na luta que então se travou no plenário da Câmara e, depois, na tribuna do Senado, o exigente nacionalismo brasileiro, impregnando-se de nítida orientação econômica, fazia *tábula rasa* das "oportunidades perdidas" e erguia a bandeira da auto-suficiência dos combustíveis e lubrificantes, como o primeiro passo da nossa liberação de vínculos centenários a uma retrógrada economia primário-exportadora, quando importávamos o sangue dos transportes embora capacitados a produzi-lo internamente.

Aceleração Econômica

O que vimos, no decurso destes dois decênios, foi não apenas o prestígio crescente da intervenção estatal no campo da infra-estrutura econômica, senão também uma aceleração inesperada em nosso ritmo de desenvolvimento, quando o petróleo, totalmente refinado no Brasil, aparece hoje, como importante fator de balanço energético e verdadeiro termômetro do nosso crescimento econômico.

Em 1972, as atividades de refino conseguiram abastecer totalmente as necessidades do

mercado nacional de derivados de petróleo; as refinarias e fábricas de asfalto da PETROBRÁS processaram, até outubro, 173 milhões de barris de petróleo bruto e, para todo o ano passado, a empresa atingiu a carga processada de 219 milhões de barris. De janeiro a setembro, a Frota Nacional de Petroleiros movimentou mais de 120 milhões de toneladas-milhas, superando em 42% o nível obtido no ano anterior.

Em todo o ano passado, a movimentação de cargas chegou a cerca de 160 milhões de toneladas-milhas, superior em mais de 34% à de 1971.

Até outubro de 1972, a empresa havia exportado cerca de 62 milhões de barris, de Carmópolis, em troca de óleos mais baratos, investindo no ano, nos diversos programas de desenvolvimento, cerca de dois e meio bilhões de cruzeiros.

Ainda nesse ano, a PETROBRÁS começou a operar um novo oleoduto, ligando a Refinaria de Paulínia a Barueri, para complementar o abastecimento de gasolina e óleo diesel à Capital paulista e cidades vizinhas. Prosseguiu na construção do oleoduto Duque de Caxias—Santa Cruz—Volta Redonda e iniciou a operação de um novo "pier" terminal em São Sebastião, no litoral paulista, descarregando, em menos de 24 horas, mais de um milhão de barris de petróleo. E agora aquele terminal pode receber superpetroleiros de até 300 mil toneladas.

Projeção Internacional

Associando-se a outros empreendimentos destinados à fabricação de vários produtos petroquímicos, a PETROQUISA fez com que o Brasil fosse considerado, em 1972, o maior país latino-americano em indústria petroquímica e em consumo de derivados de petróleo, o 13º do mundo nessa indústria e o 13º em consumo de derivados.

A BRASPETRO, associando-se a uma empresa colombiana e iniciando, naquele país vizinho, a exploração de poços, descobriu, na região do Alto Madeira, uma jazida a 2.500 metros de profundidade, capaz de produzir mil barris diários.

Ampliando sua rede de fornecimento, a PETROBRÁS Distribuidora S/A multipliou, em 1972, seus postos na orla marítima do Sul da Guanabara, elevou para 1.300 o número de postos da empresa no País e obteve a exclusividade da distribuição ao longo da Rodovia Transamazônica.

No setor de derivados, iniciou a exportação de parafina de Mataripe para o Peru e a Bolívia.

Ainda em 1972, a PETROBRÁS assinou contratos para a construção de navios de diversas tonelagens, entre os quais dois superpetroleiros de 276.700 toneladas, em estaleiros japoneses, além da ampliação de três navios da classe "Presidente", iniciando a construção de dois superpetroleiros de 115.550 toneladas.

Finalmente, em 1972, o capital da PETROBRÁS aumentou em 42% (quarenta e dois por cento), passando para Cr\$ 5.943.702,00, ou seja, quase seis milhões de cruzeiros, devendo-se ressaltar que o resul-

tado financeiro do exercício de 1972 atingiu a quantia de Cr\$ 1.721.267,00 de lucro líquido, refletindo, assim, a firme, consciente e progressiva orientação da atual Diretoria sob a Presidência do General Ernesto Geisel.

A Arrancada de 1973

Para o ano em curso, inicia-se um grande programa de explorações com a retomada das perfurações do delta Amazônico, a intensificação dos trabalhos na plataforma continental, novos programas de pesquisa e lavra no exterior, perfuração no Acre, na fronteira do Peru, próximo à bacia do Pastaza, onde têm havido apreciáveis descobertas da empresa estatal peruana.

Também entrou em produção comercial a plataforma continental de Sergipe e, na área da industrialização, teremos, este ano, a construção da refinaria de Araucária, no Paraná, a construção de um terminal marítimo em São Francisco do Sul, no litoral catarinense, e o início do oeloduto que ligará aquele terminal à refinaria do Paraná.

Enquanto isso, a FRONAPE receberá oito navios, encomendados a estaleiros japoneses.

Inicia-se, este ano, a comercialização de uma nova linha de produtos: lubrificantes para o mercado automotivo e industrial, quando as refinarias de Duque de Caxias e Mataripe produzirão quantidades suficientes para atender ao mercado interno, liberando a PETROBRÁS da importação de tais produtos.

A capacidade de refino, este ano, será de 794 mil barris diários, superior às necessidades internas, que são orçadas em 670 mil barris diários. Teremos, assim, uma reserva de cerca de oito por cento, para garantir um aumento imprevisível ou propiciar exportações eventuais.

Prepara-se a PETROBRÁS para atender, em 1980, a uma demanda de 1.300.000 barris diários de derivados de petróleo, devendo, para tanto, concluir refinarias no Paraná e no Nordeste, em área a ser escolhida pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Resultados Promissores

Sr. Presidente e Srs. Senadores, servimos de dados oficiais, divulgados recentemente pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Mas os dados oferecidos pelos organismos internacionais são, igualmente, animadores. Em recente informe da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, distribuído em Washington, verifica-se que a América Latina enfrenta uma séria situação no campo do abastecimento de petróleo, pois, enquanto a demanda cresce a um ritmo de sete por cento, a produção declina para 2,4 por cento, em consequência da queda na extração do petróleo venezuelano, embora tenha havido um crescimento de dois por cento nos demais países.

Concluem os técnicos da CEPAL que oitenta por cento da energia consumida na América do Sul vem do petróleo; dezenesse por cento são fornecidos por usinas hidroelétricas e o restante por outras fontes. Enquanto isso a América Latina dispõe de apenas 4,2 por cento de lençóis e jazidas, obrigada a

importações do Oriente Médio, da África e da União Soviética.

No último ano, o consumo latino-americano, em milhões de toneladas, apresentou o seguinte quadro:

Brasil, 23.511, para uma produção de 9.299;

Argentina, 25.445, para uma produção de 27.188;

México, 34.700, para uma produção de 41.804;

Venezuela, 14.219, para uma produção de 235.790;

Grupo Andino, 17.475, para uma produção de 29.919;

Grupo Centro-Americano, 633, para uma produção nula.

Estamos, assim, produzindo um terço da demanda nacional, mas, em compensação, refinando todo o petróleo consumido no País, com excedente exportável, além de um promissor desenvolvimento da indústria petroquímica.

Em fevereiro a PETROBRÁS adquiriu o controle acionário da CIQUELINE, alargando, assim, seu campo de investimentos.

Eficiência Administrativa

Não nos move qualquer ufanismo gratuito.

Estamos, apenas, constatando o que realizou o monopólio estatal do petróleo em dois décennios. São vinte anos que apresentam um resultado simplesmente espetacular e fazem aumentar a nossa confiança no desenvolvimento do País.

Não poucos brasileiros esperavam, há vinte anos, que, seguindo o mau vexo dos velhos tempos, a PETROBRÁS se transformasse na maior repartição pública do Brasil. No entanto, ela está dando aulas de eficiência administrativa, demonstrando ao empresariado brasileiro como se realiza uma empresa de fato.

Sua expansão internacional, dentro dos modernos moldes — segundo os quais as empresas realmente eficientes não têm fronteiras, mas devem expandir-se multinacionalmente —, revela-nos um aspecto interessante do monopólio estatal. Ele está em que, tendo nascido como solução econômica nitidamente nacionalista, transforma-se, numa expansão crescente, num organismo vivo, extrovertido para o mundo inteiro.

Destinada, inicialmente, às tarefas da pesquisa e produção de óleo, é hoje a maior distribuidora latino-americana de combustíveis e lubrificantes, como a maior petroquímica do continente sul-americano se encontra entre suas subsidiárias.

O progresso da PETROBRÁS redobra a nossa confiança no futuro.

Queremos, neste ensejo, congratular-nos com os seus técnicos e operários, com os seus pesquisadores e engenheiros, com a sua equipe de administradores, que souberam estruturar a empresa nos mais corajosos termos competitivos e, sobretudo, com o Gene-

ral Geisel, que silenciosamente e entusiasticamente dirige o maior empreendimento estatal brasileiro, pelos êxitos alcançados, manifestando nossa inabalável convicção de que continuará nesse desempenho, que realmente encoraja, por um forte suprimento à infra-estrutura, o desenvolvimento do Brasil.

Em confronto com os balanços anteriores, vê-se que, na gestão do General Ernesto Geisel, sem desmerecer os dirigentes que o antecederam, a PETROBRÁS agigantou-se como empresa, revelando, na figura do seu Presidente, um homem de sensibilidade empresarial, como de há muito não encontrávamos, na direção de empresas estatais.

Está de parabéns a PETROBRÁS. Orgulhoso o povo brasileiro pelo acerto do Presidente Garrastazu Médici ao ter indicado, à época, para presidir a PETROBRÁS, um homem com os conhecimentos, o tino administrativo e espírito empresarial como o que temos, atualmente, à frente da multinacional empresa petrolífera brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Flinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ (Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, trago hoje à apreciação desta Casa o Relatório que acabei de enviar ao Sr. Presidente do Grupo Brasileiro de Associação Interparlamentar de Turismo sobre a delegação que chefei, em fins do ano passado, a Israel, num congresso que ali se efetuou.

Designado por V. Ex^e para chefiar a Delegação Parlamentar ao XXXIII Congresso da A.I.S.C., realizada em Tel-Aviv, de 29 de outubro a 3 de novembro de 1972, cumpro o grato dever de apresentar o relatório das atividades desenvolvidas, na Capital de Israel, pela missão brasileira, composta deste Senador, do Senador Flávio Britto e Deputados João Alves, Ozires Pontes e Hildebrando Guimarães, tendo como secretário o Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado Federal, Caio Cesar de Menezes Pinheiro.

A delegação, Sr. Presidente, situou-se no referido Congresso dentro das normas estritas de apenas observadora, mas nem por isso deixou de receber de todos os presentes à reunião inúmeras manifestações de apreço e simpatia. Politicamente, foram alcançados os objetivos de tão longa viagem: a realização em 1973, no Rio de Janeiro, do XXXIV Congresso daquela entidade de turismo, vencendo as candidaturas de Helsinque e Teheran. A nossa presença em Tel-Aviv respaldou os esforços desenvolvidos pelos delegados do Brasil, filiados ao Skal Club Internacional, evidenciando inequivocavelmente o nosso propósito de sediar esse Congresso, pois ele representa uma das forças mais atuantes da indústria do turismo universal. Cerca de 1.600 delegados virão ao Rio e com eles chegarão também planos e perspectivas para o desenvolvimento das correntes turísticas destinadas ao Brasil, fator preponderante para o alargamento da nossa economia, como já tantas vezes proclamou o Senhor Presidente da República.

I - Antecedentes

O convite para o Congresso Brasileiro se fazer representar no XXXIII Congresso da A.I.S.C. foi dirigido ao Senador Orlando Zancaner, Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, pelo Sr. Carlo D. Gherardi, Presidente do Comitê Nacional dos Skal Clubs do Brasil: (documento nº1).

O Skal Club, Sr. Presidente, nasceu em 1932, quando um agente de viagem, Florimond Volekaert, fundou em Paris o primeiro núcleo da agremiação, reunindo agentes de viagem, hoteleiros e transportadores. A palavra SKAL, de origem escandinava, significa: S de SUNDEHT (amizade), K de KARLEC (saúde), A de ADLER (felicidade) e L de LYCKA (longa vida).

Existem atualmente 367 clubes, com 24.000 sócios, em 94 países, todos eles empenhados em promover a amizade, a aproximação e a paz entre os povos. E, curioso, Sr. Presidente, o consumo do vocábulo "paz" foi em larga escala, tanto no decorrer do Congresso como também em todo o país, embora os sintomas da guerra estivessem presentes a cada momento, a cada instante, com os "sabras" (jovens nascidos em Israel depois da criação do Estado) ostentando armas leves e pesadas, em penosa vigilância contra os imprevistos e as vicissitudes de uma crise que desafia a argúcia dos es-tadistas.

II - Instalação

Domingo, dia 29 de outubro, no Auditorium Frederic R. Mann, realizou-se a cerimônia oficial de abertura do XXXIII Congresso da A.I.S.C. O ambiente, em forma de anfiteatro, estava totalmente tomado pelas delegações dos países participantes. Processou-se a chamada de cada uma delas e, quando chegou a vez do Brasil, a nossa presença foi assinalada por aplausos demorados.

Abriu a sessão o Sr. Bruno Greif, Presidente do Skal Club de Tel-Aviv, que, saudando os congressistas, salientou que eles, de certo modo, eram também peregrinos, porque tinham vindo apesar do "mar agitado e apesar da atmosfera conturbada."

"Nós somos felizes — disse — em ter oportunidade de lhes mostrar Israel, o país moderno e dinâmico lutando por um lugar ao sol, e Israel, o País Santo, o País da Bíblia, para o qual, durante séculos, os peregrinos do mundo inteiro viajaram, não obstante os perigos e os obstáculos pelos caminhos".

Em seguida, ocupou a tribuna o Sr. Jules Horowitz, Presidente do Comitê Organizador do Congresso. Numa frase, ele definiu o seu contentamento e o coroamento do seu trabalho: "O vê-los aqui presentes, é a melhor recompensa".

O Prefeito de Tel-Aviv, Sr. Yehoshua Rabinowitz, frisou que a sua cidade cultivava um otimismo ardente, possuía uma fé profunda e desejava sinceramente a cooperação, a amizade, a compreensão e, sobretudo, a paz. E aduziu, firmemente:

— "Apesar da situação política e de segurança, nós não arrefecemos em nenhum momento nossos esforços para formar a imagem cultural e espiritual do nosso Estado. Jamais interrompemos, mesmo momentaneamente, nossos trabalhos para a construção e a criação, aqui, de centros culturais, científicos e de pesquisa, que são os 'foyers' da curiosidade intelectual do mundo inteiro e que contribuem, ao mesmo tempo, como uma força, aos modelos culturais e científicos de Israel."

O Presidente da A.I.S.C., Joe Malone, começou citando a Bíblia: "Que teu discurso seja breve, abarcando muito em poucas palavras" (Eclesiastes, 32:8). E advertiu, a certa altura:

— "Na nossa perseguição implacável ao dólar turístico, vários dentre nós perderam de vista os motivos para as viagens do homem — os mesmos que ele procura — aos quais tem verdadeiramente direito. Se nós deixarmos de preservar estas atrações, as diferenças de costumes e culturas, hospedagem e alimentação, panorama, sons e cantos — se nós não pudermos lhe oferecer uma nova e apaixonante dimensão à sua vida e uma melhor visão do modo em que outras pessoas vivem — nós destruiremos eventualmente esta indústria que promove a nossa subsistência e em muitas ocasiões contribui para o atendimento e paz no mundo".

Nunca é tarde para ir mais longe

Senhor Presidente, o discurso de encerramento, pronunciado pelo Ministro do Turismo de Israel, Sr. Moshe Kol (documento nº 2), deu-nos a impressão de que na terra israelense tudo se extasiou em harmonia, graça e beleza. A emoção do orador foi tão grande, descrevendo a paisagem, os Lugares Santos, as praias que bordam o Mar Vermelho, as margens do Mar da Galileia, o azul das águas de Eilat, a areia dourada de Cesaréia, as muralhas de São João do Acre, que só faltou a invocação da frase de Stendhal: "A beleza é uma promessa de felicidade".

Era a felicidade do tradicional "Shalom", tão repetido, quase como uma saudação, como se fora um "bom dia" ou uma "boa noite". "Shalom", paz entre os homens de boa vontade, paz para que nunca seja tarde para ir mais longe, paz — uma festa de esperança.

Ao mesmo tempo em que construiu seu discurso com tanta força de convicção na paz futura, o Ministro Moshe Kol foi se deixando empolgar pelo vocábulo tão grato aos israelenses, sacudindo a poeira do formalismo para lançar um apelo às nações vizinhas, sabidamente hostis, mas também desejosas de encontrar uma solução para a crise que já dura tanto tempo no Oriente Médio. A certa altura, ele deixou de pastorear a linguagem protocolar e falou com a franqueza de quem abre os braços do acolhimento:

— "Nos últimos anos, sugeri aos nossos vizinhos abrirem suas fronteiras ao tráfego livre do turismo, como um passo concreto para a normalização das relações e a paz eventual. Estou feliz em assinalar que a Jordânia, a única nação árabe aqui presente, fez démarches na boa direção e, como nós, permite aos turistas atravessarem os pontos sobre o Jordão. Creio verdadeiramente que os nossos outros vizinhos imitariam este exemplo, a fim de transformar toda a região numa só destinação turística completa. Se tal dia chegar — e eu peço por isso continuamente — o Oriente Médio poderá tomar seu lugar legítimo entre os maiores mercados turísticos do mundo e realizar seu imenso potencial no terreno econômico e cultural, para o aperfeiçoamento de todos os povos que vivem nestes antigos países".

Encerrando a cerimônia, a Orquestra Municipal da Juventude de Tel-Aviv executou alguns números de música popular. Tal como foi anunciado, poder-se-ia ter a impressão de que um conjunto musical, formado com um punhado de instrumentistas, ali tivesse comparecido para apenas sonorizar a festa. Mas o que se viu, Senhor Presidente, foram dezenas de rapazes e moças, de 13 a 16 anos, tocando esplendidamente seus pistões, saxofones, trombones, violas e violinos, com uma noção arraigada de conjunto, cada qual se esforçando mais para que só brilhasse a orquestra, todos se apagando, para que sobressaíssem apenas as harmonias novas das melodias escolhidas. Foi um exemplo de humildade, um exemplo de tenacidade de criaturas ainda em véspera de florescer.

Trabalho das Comissões

Seguindo a sistemática adotada pela ONU, o XXXIII Congresso da A.I.S.C. instalou suas comissões na segunda-feira, dia 30 de outubro, numa dependência do Tel-Aviv Hilton Hotel. Ali, os delegados debateram vários problemas do turismo mundial, sem contudo seguir à risca uma agenda preestabelecida. Nessa ocasião, foi escolhida a sede para o XXXIV Congresso. Três capitais estavam nas cogitações: Rio de Janeiro, Helsique e Teheran. A cidade brasileira já tinha sido indicada na reunião de Las Vegas, havendo apenas necessidade de uma ratificação pelo Plenário. As outras duas, foram eleitas para as reuniões de 1974 e 1975, respectivamente.

Algumas dúvidas surgiram quanto ao problema da segurança, pois estava ainda muito viva a impressão causada pelo aparato montado em Israel para que tudo corresse sem novidades. Os Srs. Mário Gavini, Diretor Geral da Alitalia no Brasil, e Carlo Gherardi, Presidente da Hotur e Presidente do Comitê Nacional dos Skal Clubs do Brasil, fizeram uma exposição convincente quanto ao clima político reinante em nosso País, ressaltando que havia condições excepcionais de segurança para a realização do Congresso.

Outros itens suscitados diziam respeito à acomodação e à fixação de um limite de participantes, pois havia, desde logo, um interesse muito grande em carrear para a Guanabara centenas de sócios. O delegado da Espanha estimou em 600 os que estariam dispostos a conhecer e visitar o Rio durante o Congresso; também a Itália recenseou em 200 os que se deslocariam para a terra carioca. Ora, diante de um fluxo tão substancial de delegados, interessados e familiares, o Plenário mencionou a possibilidade de serem acolhidas até 1.600 pessoas, embora a estimativa subisse a quase 2.000. Os problemas de hotéis, transportes, alimentação e, sobretudo, apoio financeiro por parte da RIOTUR e do próprio Governo Brasileiro, através da Embratur, foram também equacionados.

Para se ter uma idéia da euforia causada pela escolha do Rio de Janeiro para sede do XXXIV Congresso, basta observar que estiveram em Tel-Aviv 700 representantes de 47 países e esse número teria sido bem maior se a reunião não tivesse sofrido um cancelamento por parte do Comitê Executivo da Skal, após o massacre dos desportistas israelenses em Munique. Ao rever a sua decisão, tomada em Bruxelas, mesmo assim esteve em Tel-Aviv o número de participantes acima referido, considerado dos mais expressivos, se, além dos contratemplos de ordem política, forem considerados os aspectos bélicos que sobressaltam o Oriente Médio.

Novo Presidente

Dia 2 de novembro, véspera do encerramento do Congresso, realizou-se a eleição do novo Presidente do Skal Club Internacional. A delegação da França esboçou um candidato, mas seu nome nem chegou ao plenário, imediatamente retirado por gestões feitas pela delegação italiana, apoiada pelos delegados brasileiros Mário Gavini e Carlo Gherardi.

Dessa forma, o Sr. Rocco Curcio, proprietário do Mandello Palace Hotel, de Palermo, Itália, foi escolhido quase por aclamação. Funcionou como um dos escrutinadores o delegado brasileiro Carlo Gherardi.

Conhecido o resultado, empossado na direção geral do Congresso, o Sr. Rocco Curcio elogiou a atuação do seu antecessor Joe Malone e avaliou muito bem as suas responsabilidades, principalmente pelo fato de o XXXIV Congresso ter como sede a cidade do Rio de Janeiro.

Visita

No mesmo dia, o Sr. Rocco Curcio procurou o chefe da delegação parlamentar brasileira, no Hotel Dan, conversando longamente sobre os problemas de turismo, indagando insistente sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, a sua projeção no cenário internacional, o nosso modelo político, enfim, tudo o que faz a grandeza dessa Nação.

O Sr. Rocco Curcio deu-nos a impressão de um profundo conhecimento da indústria turística, sobretudo pela sua vivência nesse

setor, o seu prestígio incontestável, demonstrado por ocasião da sua escolha para o alto cargo que passou a ocupar.

Por mais de uma hora o Sr. Curcio dialogou com a delegação brasileira, ascoltando tudo o que poderia interessar aos vários ângulos do turismo: hotéis, transportes, alimentação, diversões, cidades barrocas, museus, Carnaval, praias, futebol.

Carta

Por fim, demonstrou o sr. Curcio sua intenção de divulgar melhor o Brasil e para tanto solicitou o nosso apoio, sob a forma de uma apresentação ao Embaixador Carlos Thompson Flores, em Roma. Essa carta, Senhor Presidente, transcrevo neste relatório, para que figure como um documento capaz de atestar o nosso empenho em ajudar quem deseja montar na península italiana e no resto da Europa, a imagem do Brasil moderno, do Brasil repleto de possibilidades turísticas. Eis-la:

"Senhor Embaixador:

Apraz-me recomendar à sua atenção o Sr. Rocco Curcio, portador desta carta. Trata-se do novo Presidente do Skal Internacional, entidade que congrega 24.000 sócios, em 97 países, e responsável pela difusão do turismo no mundo inteiro.

São hoteleiros, transportadores, donos de restaurantes, diretores de empresas que atuam no setor de aluguel de carros, enfim, os verdadeiros movimentadores dessa indústria que tanto interessa ao Brasil, pelos benefícios que poderá carrear para a nossa economia.

O Sr. Curcio deseja propagar na Itália e no resto da Europa, utilizando o seu prestígio pessoal e a eficiência da sua organização hoteleira, as belezas do Brasil, as suas atrações, os seus costumes, as suas belas tradições, despertando o gosto pela visita turística, a vocação irresistível que os peninsulares e europeus têm para apreciar as coisas serenas da inteligência e da arte barroca.

Abastecendo-o com material de propaganda, orientando-o no seu trabalho de divulgação, estamos prestando ao nosso País um serviço inestimável, sobretudo porque a atuação do Presidente do Skal Club Internacional é toda ela movida pela melhor boa vontade, pelo interesse apenas em servir ao nosso País, tudo feito sem ostentação e sem interesse imediato, mas apenas para aumentar o fluxo de visitantes no rumo do Brasil.

Essa foi a impressão que me deixou o Sr. Rocco Curcio ao longo do contato que mantivemos há dias em Tel-Aviv e, estou certo, o embaixador ratificará essa minha opinião, depois de ouvi-lo com a atenção que ele merece."

Nessa mesma tarde, a delegação do Brasil e a representação da VARIG em Tel-Aviv ofereceram um coquetel no Hotel Dan, reunindo um número expressivo de convidados, ocasião em que foi projetado um excelente audio-visual da nossa maior empresa

de transporte aéreo. As belezas do Brasil, suas paisagens mais excitantes, suas praias, a região amazônica, cidades barrocas de Minas, Sete Quedas e vistas das principais capitais brasileiras despertaram entre os presentes um entusiasmo incomum, e no final da projeção os aplausos parabenizaram o magnífico trabalho de divulgação montado pela VARIG.

Um dia em Jerusalém

Quarta-feira, dia 31, foi dedicado a uma visita a Jerusalém. O programa previa visitas ao Muro Ocidental, Região do Templo, Via Dolorosa, Santo Sepulcro, Monte Sion, Belas, Monte Scopus, Monte das Oliveiras, Monte Herzl e o "Knesset" (Parlamento).

Percorrendo a Cidade de David, tão impregnada pelo milagre da presença do Deus feito Homem, a visão percorre também três mil anos de História. No pensamento desfilam os profetas, os conquistadores, os reis, judeus, cristãos e muçulmanos. Seu nome significa "Paz", mas nem por isso deixou de sofrer guerras constantes, destruída e reconstruída cada vez. E como um símbolo da sua perenidade, suas pedras servem para cada edificação: os imensos blocos do Rei Herodes e suas colunas utilizadas pelos bizantinos, os capitéis dos cruzados utilizados pelos mamelucos. Cada um dos batizadores de Jerusalém serviu-se das ruínas deixadas pelos seus predecessores e juntou sua própria expressão de amor e piedade.

Seria cansativo enumerar as emoções que Jerusalém transmite aos seus visitantes. Respira-se a eloquência dos Evangelhos e a sabedoria da Bíblia.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, que o Departamento Latino-Americano do Ministério das Relações Exteriores de Israel colocou à disposição da delegação parlamentar do Brasil todos os meios de transporte para a visita a Jerusalém, inclusive guia. Ofereceram um almoço num restaurante da cidade, enfim, fomos cercados de todas as atenções, recepcionados com requintes de hospitalidade israelense, o que evidenciou, mais uma vez, o prestígio que goza o nosso País junto ao Governo e o Povo daquele Estado.

Recebemos inúmeras publicações sobre Israel, notadamente aquelas em que registram as visitas de turistas ao País. Verificamos através de uma delas, editada pelo Bureau Central de Estatísticas, que em 1972, 3.517 turistas brasileiros estiveram em Israel, sendo que 3.374 chegaram por via aérea, 19 em cruzeiros diversos e 112 por via marítima. Os Estados Unidos figuram em 1º lugar, com 198.644 turistas, seguidos do Canadá, com 17.862, Argentina, com 5.540 e México, com 2.824.

Em 1972, eram estimados em 750.000 os visitantes, com um ingresso de cerca de US\$350 milhões, constituindo-se numa das parcelas mais importantes de recursos arrecadados pelo Tesouro de Israel.

Diário 1º de novembro, cumprindo o programa estabelecido pela direção do Congresso, realizou-se uma jornada na Galileia, dividindo-se os tours em duas partes distintas:

1 — Visitas a Netanya, Mégido, Beit Chérém, Nazareth (Lugares Santos Cristãos), Tiberiade e Cafarnaum. Recepção pelo Prefeito de Tiberiade e jantar no Hotel Goldar, em Netanya;

2 — Visitas a Cesárea (escavações), São João d'Acá, Nahariya, Rosh Kanikra, Haifa (Monte Carmelo). Jantar no Hotel Dan Carmel, oferta da Municipalidade de Haifa e a cadeia de hotéis Dan e hotéis Shulamit e Sion.

Dia 2, no Tel-Aviv Hilton, realizou-se o Banquete de Gala do Presidente, seguido de espetáculo de danças típicas de Israel, por um grupo de intérpretes selecionados.

No Mar Vermelho

A convite do Ministério das Relações Exteriores, a delegação parlamentar visitou o porto e cidade de Eilat, no Mar Vermelho. Um avião comercial foi destacado para transportar os Senadores e Deputados, tendo sobrevoado grande parte do deserto de Negev, observando-se do alto algumas caravanas de beduínos, uns poucos oásis com o seu verde agressivo, alguns kibutzes que assinalam a imagem da vida em ambiente tão hostil.

Pôde-se distinguir, ainda, as ruínas da Igreja à Shivta, antiga cidade do deserto: o monumento em homenagem à Brigada do Palmah, perto de Be'er-Sheva, capital do Negev; e o Palácio de Herodes, em Mezada.

Em barco com seu fundo de vidro transparente, percorremos um largo trecho do fjord de Eilat, para conhecer uma das maravilhas da natureza: os bancos de corais, com a sua vegetação surpreendentemente colorida, como se um Deus caprichoso andasse esplândido pelo fundo das águas todo o encantamento das artes plásticas. E entre essa exuberante flora marítima, cardumes de peixes, de formas variadas e desenhos os mais estranhos, circulavam, indiferentes ao movimento das hélices, dando a impressão de que se exibiam aos olhos maravilhados dos forasteiros, como se estivessem numa sofisticada passarela aquática. Um espetáculo dos mais atraentes que a visão humana pode contemplar, um dos caprichos mais requintados da natureza, dando a impressão de que a paisagem submarina pretende ali compensar, com seu encantamento e arrumação de cores, o quadro árido que se estende quando termina a água e começa, ali mesmo, o imenso oceano de areia que se perde no infinito.

Considerações finais

De tudo o que nos foi dado observar, ficou-me bem nítida a infra-estrutura turística implantada pelo Governo de Israel, transformando o seu potencial religioso, suas tradições, seus monumentos, seus recantos pitorescos, num gigantesco polo de atrações para o mundo inteiro. Apesar da situação de incerteza reinante naquela parte do Oriente Médio, o fato é que, mesmo assim, o turis-

mo ainda é uma das melhores fontes de renda do País, e será mais acentuada ainda, quando for estabelecida a paz na região.

A delegação parlamentar conseguiu, com a sua presença, demonstrar o interesse do Brasil em acolher o XXXIV Congresso da A.I.S.C. em 1973, possibilitando aos delegados efetivos maior ressonância nos contatos de plenário e comissões. E os presentes compreenderam, desde logo, a nossa posição, não criando embaraços, afastando todos os óbices naturais que surgem em tais reuniões.

Tel-Aviv, Sr. Presidente, é uma cidade ainda de costas para o mar, porém a Municipalidade está empenhada em transformá-la num balneário confortável, facilitando a construção de hotéis na orla marítima, demolindo antigas residências de estilo árabe, para erguer em seus lugares edifícios de apartamentos, restaurantes, marinas, etc.

As suas ruas são bem arborizadas, o seu traçado é moderno, os seus serviços públicos são eficientes. Ali estão sediadas algumas embaixadas, inclusive a do Brasil, enquanto outras já se transferiram para Jerusalém. A nossa permanência é um ato de coerência, pois apoiamos na ONU a Resolução do Conselho de Segurança que estabeleceu medidas para término da Guerra dos Seis Dias e, sobretudo, fixou normas para os entendimentos de paz. Ora, transferindo-nos para Jerusalém, implicitamente estariamos contrariando o espírito da decisão das Nações Unidas.

Senhor Presidente, desejo expressar o reconhecimento da delegação parlamentar aos membros da missão do Brasil, pelo êxito que alcançou no decorrer do XXXIII Congresso da A.I.S.C. Essa missão estava assim constituída: Carlo Gherardi, Presidente do Comitê do Skal Club Nacional e Presidente da HOTUR; Mário Gavine, Presidente do Skal Club do Rio de Janeiro e representante da Alitalia; Guilherme Sully Müller, diretor financeiro da RIOTUR; Humberto Donati, Chefe do Gabinete do Presidente da EMBRATUR; Fernando Genschow, da Abreutur; Marlene e Julio Cinelli, da Agência Ultramarina; Geza Ferencz, da Ishtur, Henrique Magalhães, da VARIG; Alberto Danam, da Air France; Isaldo Neves e Rubens Pereira Leite, da VASP; Regina e Orlando Gândara Leston, da Agência OK. A jornalista Vilma Portocarrero, designada pelo Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, acompanhou os trabalhos do Congresso.

Concluindo, não podia deixar de mencionar o Embaixador de Israel no Brasil, Sr. Itzhak Harkavi, pelo interesse demonstrado pela nossa missão e por todas as medidas que tomou para que tivéssemos em seu País um acolhimento caloroso, simpático, fraternal.

Agradecendo em meu nome e no dos eminentes Colegas, a honrosa incumbência que nos foi delegada, mais uma vez expresso a confiança nos grandes destinos da nossa Pátria (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR DINARTE MARIZ
EM SEU DISCURSO:

DOCUMENTO Nº 1

Rio de Janeiro, 14 de Agosto, 1972

Exmo. Snr.
Senador Orlando Zancaner
DD. Presidente do Grupo Brasileiro da
Assoc. Interplanetar de Turismo
Congresso Nacional
Brasília — DF

Respeitosos Cumprimentos:

Temos a honra de vir à presença de V. Excia. com a finalidade de comunicar a realização do 33º Congresso Internaciona-
l da A.I.S.C. (Association Internaciona-
le des Skal Clubs) Amicale du Turisme — entidade que congrega altos ex-
ecutivos do turismo mundial. O referido Congresso será realizado de 29 de outubro a 3 de novembro próximos na cidade de Tel Aviv em Israel.

Para darmos a V. Excia. uma idéia do que é o Movimento Skal, anexamos nosso Boletim de Julho de 1970 que traz uma síntese sobre as finalidades da nossa Organização.

Em outubro de 1973 (dias 21 a 28) será organizado o mesmo Congresso anual na cidade do Rio de Janeiro, já para a nossa entidade um compromisso irrevogável e no qual estamos profundamente empenhados. Será também a primeira vez que esse importante Congresso se realizará na América do Sul, trazendo ao Brasil centenas dos mais expressivos homens de turismo de todo o mundo.

Permitimo-nos a liberdade de, além de solicitar o apoio de Vossa Excelência, encarecendo o comparecimento desta Associação aos aludidos Conclaves, lembrar do interesse que haveria, sem dúvida alguma, em ser o Brasil representado oficialmente por uma Delegação Parlamentar por ocasião do 33º Congresso da A.I.S.C. — em Tel Aviv, pois somente a observação ao vivo e a participação direta poderão dar uma idéia geral da importância desse acontecimento para o incremento do Turismo.

Reiterando a V. Excia. os protestos de nossa mais elevada admiração, subcrevemo-nos

mui atenciosamente, *Carlo D. Gherardi*, Presidente do Comitê Nacional dos Skal Clubs do Brasil.

DOCUMENTO Nº 2

Monsieur le Président, chers Membres de Skal, Mesdames, Messieurs.

C'est avec plaisir que je vous souhaite la bienvenue en Israël, le pays de la Bible, avec notre salut traditionnel "Chalom" — paix qui est si profond dans notre coeur comme il l'est, j'en suis certain, dans le vôtre.

Il est probablement d'une importance spéciale que votre présente réunion a lieu à l'occasion du 25ème anniversaire de l'Etat d'Israël. Je considère cela comme un geste très amical de votre part et j'aimerais vous exprimer notre sincère appréciation.

On eut bien considérer Israël comme un des pays les plus attrayants pour les touristes du monde. Son unique héritage religieux l'a rendu un lieu de pèlerinage pour Juifs, Chrétiens et Musulmans. Pendant les deux dernières décennies Israël a attiré des gens qui ont un intérêt spécial dans le nouvel Etat d'Israël de même que ceux qui sont curieux de voir les développements et innovations dans cet ancien et historique pays. Mais plus récemment il a été découvert aussi par les vastes foules de visiteurs dont le but principal est de jouir des vacances, purement et simplement.

Le climat en Israël s'étend du tempéré au sub-tropical, mais le soleil et le ciel sans nuages peuvent être prédis dans tout le pays presque durant l'année entière. Les paysages variés, du Hermon couvert de neige dans le nord, aux récifs de corail de la Mer Rouge dans le sud, avec les plages sablées de long du littoral Méditerranéen et les attrayantes côtes chaudes de la Mer de Galilée et la Mer Morte, pourvoient un pays parfait pour le tourisme.

Il n'est guère quelqu'un qui manque d'avoir connaissance du développement rapide de l'industrie touristique d'Israël durant les années récentes. Tout le monde ne réalise pas, toutefois, que les trois millions de touristes qui ont visité Israël depuis la Guerre des Six Jours, n'étaient pas une simple affaire de chance, mais le résultat d'un plan soigneusement préparé durant les années. C'est le résultat net d'une campagne de promotion pour assurer les voyageurs potentiels de par le monde que des vacances en Israël ne sont pas une entreprise hasardeuse. De plus, nous avons essayé de garantir qu'une visite en Israël sera agréable et récompensée de bons souvenirs permanentes.

L'importance du tourisme dans l'économie d'Israël ne peut être suréstimée, car il constitue notre plus grand gain unique de devises étrangères. Nous prévoyons un revenu de quelques 250 millions de dollars de 750,000 touristes qui nous visiteront jusqu'à la fin de cette année (sans compter 150,000 visiteurs arabes des pays voisins). L'année dernière a vu un boom sans précédent du tourisme avec une augmentation de 50% sur l'année 1970, et un revenu de 180 millions de dollars.

On ne peut négliger, de plus, le fait qu'Israël maintient une des plus hautes moyennes de longueur de séjour de ses visiteurs, qui est à présent près de 16 jours.

Tout pays sur la carte du tourisme mondial doit être capable de suivre la demande sans cesse croissante de logement

et autres services et facilités touristiques. Nous aussi ne désirons pas nous trouver laissés en arrière. Je sais que plusieurs d'entre vous qui consacrent beaucoup d'énergie et d'efforts pour avancer le tourisme en Israël, font face à la question "et où vont-ils loger mon groupe? A ce moment je désire vous informer que coaramment près de 10,000 chambres d'hôtel supplémentaires sont en construction. Nous espérons qu'un bon pourcentage de ces chambres sera mis à votre disposition vers le début de 1973. A présent le pays a 500 hôtels et pensions de kiboutz comprenant 17,000 chambres. De plus, Israël est aussi capable d'offrir des services de tourisme populaire tels que des emplacements de camping complètement équipés et des auberges de jeunesse situées à travers le pays. Les visiteurs désirant de vacances au bord de la mer peuvent trouver 11 villages de vacances sur la Méditerranée ou au bord de la Mer Rouge. De plus, vous pouvez disposer de près de 2,000 lits dans divers Hospices Chrétiens. Des logements supplémentaires sont aussi pourvus dans des maisons privées, des chambres enregistrées et approuvées par le Ministère du Tourisme.

D'autres plans sont pourvus pour l'expansion d'aérodromes intérieurs pour introduire des tours plus lointains et hors du sentier battu qui seraient d'intérêt spécial à nos visiteurs qui viennent une seconde ou troisième fois. Je désire vous assurer que nous ne ménagerons pas nos efforts afin d'améliorer encore nos services et de développer nos facilités touristiques.

Chers amis, je suis sûr que vous serez d'accord avec moi, que ce serait une erreur d'assumer que le tourisme, tel qu'il l'est, peut être évalué seulement sur des lignes économiques. Le tourisme, par une de ses définitions de base, est aussi un outil unique pour l'encouragement d'une meilleure entente entre les hommes de toutes les races et religions. C'est par le tourisme que nous améliorons nos relations, c'est par l'entremise de communication que nous sommes capables de détruire les barrières entre nations, et que nous maintenons les rapports quotidiens culturels, d'éducation, scientifiques et commerciaux pour notre avantage mutuel. En nous souvenant de la vitalité du tourisme à cet égard, je pense que le devoir de chacun de nous est de faire tout ce qui est dans notre pouvoir afin de préserver la paix internationale dans tout le monde. Comme membres de Skal, vous représentez les constructeurs de l'immense industrie mondiale du tourisme, et il est donc naturel que vous soyez en première ligne de l'effort international qui est mis en mouvement maintenant afin de préserver la liberté de mouvement et le salut des voyageurs dans l'air, sur la mer et la terre. Suivant les précédents du Comité International de l'Aviation Civile et de l'Union Internationale des Agences des Voyages Of-

ficielles je suis sûr que votre voix se fera entendre fortement et clairement contre les pirates de l'air — auteurs et complices — et en faveur de toute action internationale désignée à combattre cette calamité du monde civilisé.

En vue de la situation unique et des attraits spéciaux du tourisme, je suis sûr qu'avec votre aide, nous pouvons contribuer vers l'établissement de la paix aussi dans le Moyen Orient.

Durant les années récentes, j'ai suggéré à nos voisins d'ouvrir leurs frontières au trafic libre du tourisme comme pas concret vers la normalisation des relations et la paix éventuelle. Je suis heureux de noter que la Jordanie, bien qu'elle soit la seule à présent, a fait des démarches dans la bonne direction et, comme nous-mêmes, permet aux touristes de traverser les ponts sur le Jourdain. J'espère vraiment que nos autres voisins imiteront cet exemple fin de transformer toute la région en une seule destination touristique complète. Si un tel jour arrive, et je prie pour cela continuellement, le Moyen Orient pourrait prendre sa place légitime en tant qu'un des plus grands marchés touristiques du monde et réaliser son immense potentiel dans le domaine économique et culturel pour l'amélioration de tous les peuples qui vivent dans ces anciens pays.

Je vous souhaite des délibérations fécondes durant votre assemblée et un agréable séjour en Israël; Je déclare, par ses présentes, ce Congrès ouvert "Allez voir le pays tel qu'il est".

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —
Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa é peça da maior importância política.

Por imperativo constitucional, nesse instrumento, o Presidente da República dirige-se ao Congresso — são termos da Constituição — expondo a situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias" (Art. 81, XXI da Constituição).

Dada a importância desse documento, não nos parece razoável a manutenção da praxe que vem sendo seguida, segundo a qual a atuação do Congresso se esgota com a pura e simples leitura da Mensagem Presidencial, sem qualquer apreciação ou estudo por parte de seus órgãos técnicos e sem conclusões ou providências de qualquer natureza.

Propusemos por isso, indicação remetida a Mesa, o estudo e adoção de um procedimento que conduza o Congresso ao exame detido e aprofundado da Mensagem Anual do Presidente da República.

A presente sugestão inspira-se no processo adotado pela Assembléia Geral da ONU, no debate das Mensagens Anuais do Secretário Geral e de outros órgãos, como o Banco Mundial.

Mas, examinando as páginas de nossa história, a política particularmente, a partir da Independência, vamos verificar que, da mesma forma, a Mensagem do Imperador ao Poder Legislativo, denominada Fala do Trono, era também examinada e discutida pelas Câmaras, que afinal aprovavam o "Voto de Graças", contendo a sua resposta ao documento que lhes era dirigido.

Estabelecia-se, assim, um verdadeiro "Diálogo de Poderes".

Os arts. 29 e 30 do Regimento da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 contêm o ceremonial da abertura e encerramento das sessões legislativas, com a presença do Imperador, nas chamadas sessões imperiais (é o que se pode ler nos Anais da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, constantes de nossa Biblioteca).

Os arts. 60 a 65 do Projeto de Constituição elaborado pela referida Constituinte tratavam, igualmente, da Sessão Imperial.

Dissolvida a Constituinte, por divergências com o Imperador D. Pedro I, foi por este outorgada a Constituição Imperial de 25 de março de 1824, que vigorou, com as alterações do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 e a Lei de Interpretação de 12 de maio de 1841 durante toda a fase imperial.

Os arts. 18 — 20 da Constituição Imperial estipulavam que fossem imperiais as sessões de abertura e encerramento das atividades legislativas de cada ano, determinando se fizessem em assembléia geral e que "seu ceremonial, e da participação ao Imperador, será feito na forma do regimento interno" (art. 20).

O Regimento Comum da Assembléia Geral, por seu turno, nos arts. 3º, 5º, 9º, 10, 11, 14, 16, fixava as regras do ceremonial. E o art. 14 rezava que "praticadas as solenidades prescritas, ouvirão a Fala do Trono, à qual nesse ato nada se responderá, e logo que se houver recolhido a Deputação da despedida, se levantarão a Sessão, e dela se lavrará a competente Ata" (Aud, Regimento Interno do Senado, acompanhado do Regimento Comum, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883). O referido Regimento Comum é de 2 de junho de 1835.

Como se vê, o Imperador comparecia pessoalmente à abertura e ao encerramento das sessões legislativas, e proferia a "Fala do Trono", que era uma verdadeira prestação de contas da situação interna e externa do País, bem como a solicitação de providências legislativas.

A mais interessante publicação que temos a esse respeito é da Secretaria da Câmara, que mандou coligir todas as "Falas do Trono", de 1823 a 1829, acompanhadas dos respectivos ..Votos de Graças.. da Câmara dos Deputados.

Por aí se pode ver com que seriedade, quer no 1º Reinado, quer no Período Regencial, quer no 2º Reinado, se encarava a prestação de contas aos representantes da Nação e o pedido, a eles feito, de providências da alçada do Legislativo, e como eles, por sua vez, analisando item por item aquela "Mensagem" pessoal do Executivo-Moderador, examinavam todos os problemas com elevado espírito público, sem perder a consciên-

cia da autonomia do Poder que encarnavam.

A mencionada publicação, "Fallas do Trono desde o Anno de 1829, acompanhadas dos respectivos Votos de Graças da Câmara Temporária.., colligidas pela Secretaria da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889", contém apenas os "Votos de Graças" da Câmara Temporária, ou seja, da Câmara dos Deputados. No tocante aos "Votos de Graças", da Câmara Vitalícia, ou Senado, não os temos numa publicação única. Mas encontram-se nos Anais desta Casa debates referentes ao assunto, naquela época.

A esse respeito, lembra José Honório Rodrigues que a "Fala do Trono" era o discurso de abertura e encerramento das Assembléias Gerais... "Voto de Graças" era a resposta à Fala do Trono, e a primeira tarefa de ambas as Câmaras era nomear uma comissão para prepará-la. Provocava sempre o debate político, e, neste, governo e oposição esclareciam ou esclareciam as suas posições.

Discutido o projeto de resposta, e afinal aprovado, era nomeada uma comissão que levava ao Imperador o Voto de Graças. Cada câmara debatia e preparava seu voto. Nomeava sua comissão seu orador próprio, marcava dia especial e ouvia a pequena resposta do Imperador. Na volta às respectivas câmaras, eram comunicadas pelo orador designado o desempenho das funções e as palavras imperiais" (José Honório Rodrigues, O Parlamento e a Evolução Nacional, Introdução Histórica, Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1972, pag 10).

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de 10 de setembro de 1870, dizia, no art. 35, que "além de uma comissão especial de resposta à fala do trono na abertura de cada sessão ordinária ou extraordinária da Assembléia Geral haverá na Câmara comissões permanentes para a expedição dos negócios que nela se tratarem" (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881).

A esse respeito nada encontramos no Regimento Interno do Senado, de 1831, sendo certo, no entanto, que também o Senado adotava procedimento semelhante, como ressalta José Honório e se vê dos debates constantes dos Anais.

Pelas "Falas do Trono" desfilam todos os problemas mais importantes do país: Política Externa, com referência às relações com as Nações amigas, crises diplomáticas, questões de limites, guerras, litígios, rompimento de relações, etc.; Política Interna, com ênfase na paz ou nas insurreições, no estado, finanças públicas, das garantias pessoais e da propriedade, situação sanitária, problemas da lavoura, medidas para as forças armadas, educação, construção de estradas, situação das finanças públicas, reforma eleitoral, substituição do braço servil, etc.

Os Votos de Graças, por outro lado, analisavam a Fala do Trono minuciosamente, item por item, muitas vezes complementando magnificamente o diag-

nóstico dos males e as soluções a serem adotadas.

Esse "Diálogo dos Poderes" era um magnífico exercício das instituições democráticas, nessa tão admirada "democracia coroada" brasileira do Século XIX. E por aí se vê, não só o alto grau de consciência democrática que então atingíramos, como igualmente o grande apreço por esse "Diálogo".

Proclamada a República, houve uma tendência ao enfraquecimento desse "Diálogo", por causas que analisaremos em outra oportunidade.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 estabelecia entre as atribuições do Presidente da República: "dar conta anualmente da situação do País ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providências e reformas urgentes, em mensagem que remeterá ao secretário do Senado no dia da abertura da sessão legislativa" (art. 48, 9º).

E a de 16 de julho de 1934: "Dar conta anualmente da situação do País à Câmara dos Deputados, indicando-lhe, por ocasião da abertura da sessão legislativa, as providências e reformas que julgue necessárias" (art. 56, 4º).

A Constituição de 1937, de tendências notoriamente ditatoriais, nada continha a respeito.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 estatua entre as atribuições privativas do Presidente da República "remeter mensagem ao Congresso por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias" (art. 87, XVIII).

A Constituição de 1967, tanto na versão primitiva (art. 83, XIX) como na Emenda de 1969 (art. 81, XXI), repete literalmente o texto da Constituição de 1946.

Por todo o exposto se verifica, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que tentar revitalizar o diálogo direto dos Poderes, como já se praticou com excelentes resultados em nosso passado, não significa introduzir inovações perturbadoras da ordem, mas sim reavivar as linhas de uma sábia prática das Instituições democráticas.

Seria inclusive desejável que o Congresso fosse prestigiado, não apenas com a tradicional Mensagem, mas também com o comparecimento pessoal do Presidente da República.

É, sobretudo, importante que o Parlamento, a exemplo do que fazia no "Voto de Graças", volte a analisar, discutir e dissejar a Mensagem do Executivo, tornando-a o grande centro do debate político nacional.

Estamos certos de que a Democracia, o Congresso e o Governo só terão a lucrar com essas medidas, e que, de outra parte, o povo brasileiro será mais motivado a acompanhar e participar na solução dos grandes problemas nacionais.

Sr. Presidente, dada a sua importância histórica e doutrinária para o exame da matéria, requeremos sejam considerados como parte integrante do presente discurso as seguintes peças:

a) A primeira "Fala do Trono", perante a Assembléia Constituinte, de 1823; e o pri-

meiro "Voto de Graças" da Assembléia Constituinte, levado ao Imperador em 9 de maio de 1823;

b) A última "Fala do Trono" por ocasião da abertura da quarta sessão da 20ª Legislatura, em 3 de maio de 1889, e o último "Voto de Graças" aprovado pelo Senado em 18 de maio de 1889.

É a nossa contribuição, Sr. Presidente, ao estudo de uma medida que só poderá contribuir para o aperfeiçoamento dos trabalhos do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:

1823

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Fala do Throno

Dignos representantes da nação brasileira

É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia em que elle pela primeira vez começa a mostrar ao mundo, que é Imperio e Imperio livre. Quão grande é meu prazer vendo juntos representantes de quasi todas as províncias fazerem conhecer umas ás outras seus interesses, e sobre elles basearem uma justa e liberal constituição, que as reja. Deveríamos já ter gozado de uma representação nacional; mas a nação não conhecendo a mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os, e não os podendo patentear, visto a força, e predominio do partido portuguez que, sabendo mui bem a que ponto de fraqueza, pequenez, e pobreza Portugal já estava reduzido, e ao maior grão a que podia chegar de decadencia, nunca quiz consentir (sem embargo de proclamar liberdade, temendo a separação) que os povos do Brasil gozassem de uma representação igual áquella, que elles então tinham. Enganaram-se nos seus planos conquistadores e deste engano nos provém toda a nossa fortuna.

O Brasil, que por espaço de trezentos e tantos annos sofreu o indigno nome de colônia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adoptado, logo que o Senhor D. João VI, Rei de Portugal e Algarves, meu augusto pai, o elevou á categoria de Reino pelo decreto de 16 de Dezembro de 1815, exultou de prazer Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo.

O contentamento, que os povos deste vasto continente mostraram nessa occasião, foi inaudito, mas atrás desta medida política não veiu, como devia ter vindo, outra, qual era a convocação de uma assembléa, que organizasse o novo Reino.

O Brasil sempre sincero no seu modo de obras, e mortificado por haver sofrido o jugo de ferro por tanto tempo antes, e mesmo depois de tal medida, imediatamente, que em Portugal se proclamou a liberdade, o Brasil gritou Constituição Portugueza, assentando que por esta prova que dava de confiança seus pseudo-

irmãos, seria por elles ajudado a livrar-se dos immensos vérmes, que lhe roiam suas entranhas, não esperando nunca ser enganado.

Os Brasileiros, que verdadeiramente amavam seu paiz, jamais tiveram a intenção de se sujeitarem a uma constituição, em que todos não tivessem parte, e cujas vistos eram, de os converter repentinamente de homens livres, em vis escravos. Com tudo, os obstaculos, que antes de 26 de Abril de 1821 se oppunham á liberdade brasileira, e que depois continuaram a existir sustentados pela tropa européia, fizeram com que estes povos, temendo que não pudessem gozar de uma assembléa sua, fossem pelo amor da liberdade, arrastados a seguir as infames cortes de Portugal; para ver se fazendo tais sacrifícios, poderiam deixar de ser insultados pelo seu partido demagogico, que predominava nestes hemispherio.

Nada disto valeu: fomos maltratados pela tropa européia de tal modo, que eu fui obrigado fazei-a passar a outra banda do rio pol-a em sítio, mandai-a embarcar, e sahir barra-fóra, para salvar a honra do Brasil, e podermos gozar daquella liberdade, que devíamos, e queríamos ter, para a qual debalde trabalharíamos por possui-a, se entre nós consentissemos um partido heterogeneo á verdadeira causa.

Ainda bem não estávamos livres destes inimigos, quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa nos era enviada para nos proteger; eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. Pernambuco fez o mesmo, e a Bahia, que foi a primeira em adherir a Portugal, em premio da sua boa fé, e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, sofre hoje crúa guerra dos vandais, e sua cidadela só por elles ocupada, está a ponto de ser arrazada, quando nella se não possam: manter.

Eis em summa a liberdade, que Portugal appetecia dar ao Brasil; ella se convertia para nós em escravidão, e faria a nossa ruina total, se continuassemos a executar suas ordens, o que aconteceria, a não serem os heroicos esforços, que por meio de representações fizeram primeiro que todos, a junta do governo de S. Paulo, depois a camara desta capital, e após destas todas as mais juntas de governos, e camaras, implorando a minha ficada. Parece-me, que o Brasil seria desgraçado, se eu as não attendesse, como attendi, bem sei, que este era o meu dever, ainda que expusesse minha vida; mas como era em defesa deste Império, estava prompto, assim como hoje, e sempre se fôr preciso.

Mal tinha acabado de proferir estas palavras: **Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação diga ao povo que fico: recomendando-lhe ao mesmo tempo, união e tranquilidade**, comecei imediatamente a tratar de nos pôrmos em estado de soffrer os ataques de nossos inimigos, até aquella época encobertos, depois desmascarados uns entre nós existentes, outros nas **democraticas cortes portuguezas**; providenciando por todas as secretarias, especialmente pela do Imperio, e negocios estrangeiros as medidas que dicta a prudencia, que eu cale agora,

para vos serem participadas pelos diferentes secretarios de estado em tempo conveniente.

As circunstancias do thesouro publico eram as peores, pelo estado a que ficou reduzido, e mui principalmente, porque até quatro ou cinco mezes foi sómente provincial. Visto isto, não era possível repartir o dinheiro, para tudo quanto era necessário, por ser pouco, para se pagar a credores, a empregados em effectivo serviço, e para sustentação da minha casa, que despendia uma quarta parte da de El-Rei, meu augusto pai. A delle excedia quatro milhões, e a minha não chegava a um. Apezar da diminuição ser tão consideravel, assim mesmo eu não estava contente, quando via, que a despesa, que fazia, era mui desproporcionada á receita, a que o thesouro estava reduzido, e por isso me limitei a viver como um simples particular, percebendo tão sómente a quantia de 110.000\$000 para todas as despesas da minha casa, exceptuando a mezada da IMPERATRIZ, minha muito amada, e prezada esposa, que lhe era dada em consequencia de ajustes de casamento.

Não satisfeito com fazer só estas pequenas economias na minha casa, por onde comecei, vigiava sobre todas as repartição, como era minha obrigação; querendo modificar também suas despesas, e obstar seus extravios. Sem embargo de tudo, as rendas não chegavam; mas com pequenas mudanças de individuos não affectos á causa deste Imperio, e só ao infame partido portuguez, que continuamente nos estavam atraçando, por outros, que de todo o seu coração amavam o Brasil, uns por nascimento, e principios, outros por estarem intimamente convencidos, que a causa era a da razão, consegui (e com quanta gloria o digo), que o banco, que tinha chegado a ponto de ter quasi perdido a fé publica, e estar por momentos a fazer banca-rôta, tendo ficado no dia, em que o Senhor D. João VI saiu á barra, duzentos contos em moeda, unica quantia para troco de suas notas, restabelecesse seu credito de tal fôrma, que não passa pela imaginação a individuo algum, que elle um dia possa voltar ao triste estado, a que o haviam reduzido; que o thesouro publico, apezar de suas demasiadas despesas, as quaes deviam pertencer a todas as províncias, a que elle só fazia, tendo ficado desacreditado, e exausto totalmente, adquirisse um credito tal, que já sóna na Europa, e tanto dinheiro, que a mór parte de seus credores, que não eram poucos, nem de pequenas quantias, tenham sido satisfeitos de tal fôrma, que suas casas não tenham padecido; que os empregados publicos estejam em dia, assim como os militares em effectivo serviço: que as mais províncias, que tem adherido á causa santa, não por força, mas por convicção, que eu amo a justa liberdade, tenham sido fornecidas de todos os petrechos de guerra para sua defesa, grande parte delles comprados, e outra dos que existiam nos arsenaes. Além disto, tem sido socorridas com dinheiro, por não chegarem suas rendas para as despesas que deviam fazer.

Em summa consegui, que a província rendesse 11 para 12 milhões, sendo o seu rendi-

mento anterior á sahida de meu agosto pa: de seis a sete quando muito.

Nestas despezas extraordinarias entram também fretes de navios das diferentes expedições, que deste porto regressaram para o de Lisboa, compras de algumas embarcações, e concertos de outras, pagamentos a todos os empregados civis, e militares, que em serviço aqui tem vindo, e aos expulsos das provincias por paixões particulares e tumultos que nellas tem havido.

Grandes foram sem duvida as despezas; mas comtudo, ainda se não lançou mão da caixa dos dons gratuitos e sequestros das propriedades dos ausentes por opiniões politicas, da caixa do emprestimo, que se contraiu de 400:000\$000 para compra de vaso de guerra, que se faziam urgentemente necessarios para defesa deste Imperio, o que tudo existe em ser, e da caixa da administração dos diamantes.

Em todas as administrações se faz sumamente precisa uma grande reforma: mas nesta da fazenda, ainda muito mais, por ser a principal mola do Estado

O exercito não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento esá prompto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina, em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo. Por duas vezes tenho mandado soccorros á província da Bahia, um de 240 homens, outro de 735, compondo um batalhão com o nome de **batalhão do Imperador**: o qual em oito dias foi escolhido, se apromptou, embarcou e partiu.

Além disto, foram creados um regimento de estrangeiros, e um batalhão de artilharia de libertos, que em breve estarão completos.

Nos arsenaes do exercito tem-se trabalhado com toda a actividade, preparando-se tudo quanto tem sido preciso para defesa das diferentes províncias, e **todas desde a Parahyba do Norte até Montevídeo**, receberam os soccorros que pediram.

Todos os reparos de artilharia das fortalezas desta corte estavam totalmente arruinados; hoje acham-se promptos; immensas obras de que se carecia dentro do mesmo arsenal se fizeram.

Pelo que toca a obras militares, repararam-se as muralhas de todas as fortalezas, e fizeram-se algumas totalmente novas. Construiram-se em diferentes pontos os mais apropriados para nelles se obstar a qualquer desembarque, e mesmo em gargantas de serras a qualquer passagem do inimigo, no caso de haver desembarcado (o que não será facil), entrincheiramentos, fortins, reductos, abatizes e baterias raras. Fez-se mais o quartel da Carioca; prepararam-se todos os mais quarteis; está quasi concluido o da praça da Aclamação, e em breve se acabará o que se mandou fazer para granadeiros.

A armada constava sómente da fragata **Piranga** então chamada **União**, mal prompta; da corveta **Liberal** só em casco; e de algumas mui pequenas e insignificantes embarcações.

Hoje acha-se composta de não D. **Pedro I**, fragatas **Piranga**, **Carolina** e **Nictheroy**; corvetas **Maria da Glória** e **Liberal** promptas; e

de uma corveta nas Alagoas, que em breve aqui apparecerá com o nome de **Maceió**; dos brigues de guerra **Guarany** prompto, **Caci-que** e **Caboclo** em concertos, diferentes em commissões, assim como tambem varias es-

pero seis fragatas de 50 peças promptas de gente, e armamento, e de tudo quanto é necessário para combate, para cuja compra já mandei ordem. Parece-me que o custo não excederá muito a 300:000\$000 segundo o que me foi participado.

Obras no arsenal da marinha fizeram-se as seguintes: concertaram-se todas as embarcações que actualmente estão em serviço; fizeram-se barcos, canhoneiras, e muitos mais, que não numero por pequenos; mas que comtudo sommados montam a grande numero, e importancia.

Pretendo que este anno no mesmo lugar, em que se não fez por espaço de treze, mais do que **calafetar**, **tingar** e **atamancar** embarcações, enterrando sommas considerabilissimas de que o governo podia mui bem dispôr com summa utilidade nacional, se ponha a quilha de uma fragata de 40 peças, que, a não faltarem os calculos que tenho feito, as ordens que tenho dado, e as medidas que para isso tenho tomado, espero que seja concluida por todo este anno, ou meado do que vem, pondo-se-lhe o nome de **Campista**.

Quanto a obras publicas, muitas se tem feito. Pela policia reedificou-se o palacete da praça da Aclamação; privou-se esta extensa praça de inundações, tornando-se um passeio agradavel, havendo-se calçado por todos os lados, além das diferentes traves-sas, que se vão fazendo para mais embelezal-a. Concertou-se a maior parte dos aqueductos da Carioca, e Maracanã. Repararam-se immensas pontes, umas de madeira, outras de pedra; e além disto têm-se feito muitas totalmente novas; também se concertaram grande parte das estradas.

Apezar do exposto, e de muito mais, em que não toco, seu cofre, que estava em Abril de 1821 devedor de 60:000\$000, hoje não só não deve, mas tem em ser 60 e tantos mil cruzados.

Por diferentes repartições fizeram-se as seguintes obras: Augmentou-se muito a typographia nacional. Concertou-se grande parte do passeio publico. Reparou-se a casa do museu, enriqueceu-se muito com mineraes, e fez-se uma galeria com excellentes pinturas, umas que se compraram, outras, que havia no thesouro publico, e outras minhas, que lá mandei collocar.

Tem-se trabalhado com toda a força no cães da praça do commercio, de modo que está quasi concluido. As calçadas de todas as ruas da cidade foram feitas de novo, e em breve tempo fez-se esta casa da assembléa, e todas as mais, que a ella estão juntas, foram promptificadas para este mesmo fim.

Immensas obras, que não são do toque destas, se tem emprehendido, começado e acabado, que eu omitto, para não fazer o discurso nimamente longo.

Tenho promovido os estudos publicos quanto é possível, porém necessita-se para isso de uma legislacão particular. Fez-se o se-

guinte: comprou-se para engrandecimento da bibliotheca publica uma grande collecção de livros dos de melhor escolha; augmentou-se o numero das escolas, e algum tanto o ordenado de seus mestres, permitindo-se, além disto, haver um sem numero das particulares: conhecendo a vantagem do ensino mutuo, tambem fiz abrir uma escola pelo methodo lancasteriano.

O seminário de S. Joaquim, que seus fundadores tinham creado para educação da mocidade, achei-o servindo de hospital da tropa europea; fil-o abrir na forma da sua instituição, e havendo eu concedido á casa da Misericordia, e a roda dos expostos (de que abaiixo fallarei) uma loteria para melhor se poderm manter estabelecimentos de tão grande utilidade, determinei ao mesmo tempo que uma quota parte desta mesma loteria fosse dada ao seminario de S. Joaquim, para que melhor se pudesse conseguir o util fim para que fôra destinado por seus honrados fundadores. Acha-se hoje com immensos estudantes.

A primeira vez, que fui á roda dos expostos, achei (parece impossivel) sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuarios. Pedi o mappa, e vi, que em 13 annos tinham entrado perto de 12.000, e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericordia verdadeiramente, aonde elles se achavam. Agora com a concessão da loteria, edificou-se uma casa propria para tal estabelecimento, aonde ha trinta e tantos berços, quasi tantas amas quantos expostos, e tudo em muito melhor administração. Todas estas cousas, de que acima acabei de fallar, deve merecer-vos summa consideração.

Depois de ter arranjado esta província, e dado immensas providencias para as outras, entendi, que devia convocar, e convoquei por decreto de 16 de Fevereiro do anno proximo passado um conselho de estado, composto de procuradores geraes, eleitos pelos povos, desejando, que elles tivessem quem os representasse junto a mim, e ao mesmo tempo quem me aconselhasse, e me requeresse o que fosse a bem de cada uma das respectivas províncias. Não foi sómente este o fim, e motivo, por que fiz semelhante convocação, o principal foi, para que os Brasileiros melhor conhecessem a minha constitucionalidade, o quanto eu me lisongearia governando a contento dos povos, e quanto desejava em meu paternal coração (escondidamente, porque o tempo não permitia, que taes ideas se patenteassesem de outro modo) que esta leal, grata, briosa, e heroica nação fosse representada n'uma assembléa geral, constituinte, e legislativa, o que, graças a Deus, se effectuou em consequencia do decreto de 3 de Junho do anno preterito, a requerimento dos povos, por meio de suas camaras, seus procuradores geraes, e meus conselheiros de estado.

Bem custoso seguramente me tem sido, que o Brasil até agora não gozasse de representação nacional; e ver-me eu por força de circumstancias obrigado a tomar algumas medidas legislativas; ellas nutrica parecerão, que foram tomadas por ambição de legislar, arrogando um poder, em o qual sómente devo ter parte; mas sim, que foram tomadas

para salvar o Brasil, visto que a assembléa, quanto a umas não estava convocada, quanto a outras, não estava ainda junta, e residiam então de facto, e de direito, visto a independencia total do Brasil de Portugal, os tres poderes no chefe supremo da nação, muito mais sendo elle seu defensor perpetuo.

Embora algumas medidas parecessem demasiadamente fortes, como o perigo era imminente, os inimigos, que nos rodeavam imensos (e prouvera a Deus, que entre nós ainda não existissem tantos), cumpria serem proporcionadas.

Não me tenho poupado, nem pouparei a trabalho algum, por maior que seja, com tanto que delle provenha um ceitil de felicidade para a nação.

Quanto os povos da rica, e magestosa província de Minas estavam soffrendo o ferreo jugo do seu deslumbrado governo, que a seu arbitrio dispunha della, e obrigava seus pacíficos, e mansos habitantes a desobedecerem-me, marchei para lá com os meus criados sómente, convenci o governo, e seus sequazes do crime, que tinham perpetrado, e do erro em que pareciam querer persistir; perdoei-lhes, porque o crime era mais em offensa a mim, do que mesmo á nação, por estar-mos ainda naquelle tempo unidos a Portugal.

Quando em S. Paulo surgiu dentre o brioso povo daquella agradável e encantadora província, um partido de Portuguezes, e Brasileiros degenerados, totalmente affeçtos ás côrtes do desgraçado e encanecido Portugal, parti imediatamente para a província, entrei sem receio, porque conheço, que todo o povo me ama, dei as providencias, que me pareceram convenientes, a ponto, que a nossa independencia lá foi primeiro, que em parte alguma proclamada no sempre memorável sitio da Piranga.

Foi na patria do fidelíssimo, e nunca assaz louvado Amador Bueno de Ribeira, aonde pela primeira vez fui aclamado Imperador.

Grande tem sido seguramente o sentimento, que enluta minha alma, por não poder ir á Bahia, como já quiz, e não executei, cedendo ás representações de meu conselho de estado, misturar meu sangue com o daquelles guerreiros, que tão denodadamente tem pelejado pela patria.

A todo custo, até arriscando a vida, se preciso fôr, desempenharei o título, com que os povos deste vasto e rico continente em 13 de Maio do anno preterito, me honraram de **Defensor Perpetuo do Brasil**. Este titulo penhorou muito mais meu coração do que quanta gloria alcancei com a espontanea, e unanime aclamação de Imperador deste invejado Imperio.

Graças sejam dadas á Providencia, que vemos hoje a nação representada por tão dignos deputados. Oxalá, que ha mais tempo pudesse ter sido; mas as circumstancias anteriores ao decreto de 3 de Junho não o permittiam, assim como depois as grandes distancias, a falta de amor da patria em alguns, e todos aqueles *incommodos*, que em longas viagens se soffrem, principalmente em um paiz tão novo, e extenso, como o Brasil; são quem tem retardado esta appetecida, e necessária juncção, apezar de

toda as recommendações, que fiz de brevidade por diferentes vezes.

Afinal raiou o grande dia para este vasto imperio, que fará época na sua historia. **Es-ta junta a assembléa para constituir a nação.**

Que prazer! Que fortuna para todos nós!

Como **IMPERADOR CONSTITUCIONAL**, e mui especialmente como defensor perpetuo deste Imperio, disse ao povo no dia 1º de Dezembro do anno proximo passado, em que fui coroado e sagrado, **que com a minha espada defenderia a patria, a nação, e a constituição, se fosse digna do Brasil e de mim**. Ratifico hoje mui solememente perante vós esta promessa, e espero, que me ajudeis a desempenhal-a, fazendo uma constituição sabia, justa, adequada e executavel, dictada pela razão, e não pelo capricho, que tenha em vista sómente a felicidade geral, que nunca pôde ser grande, sem que esta constituição tenha bases solidas, bases que a sabedoria dos seculos tenha mostrado, que são as verdadeiras para darem uma justa liberdade aos povos, e toda força necessaria ao poder executivo. Uma constituição, em que os tres poderes sejam bem divididos de forma que não possam arrogar direitos, que lhe não compitam, mas que sejam de tal modo organizados e harmonizados, que se lhes torne impossivel, ainda n'elos decurso do tempo, fazerem-se inimigos, e cada vez mais corraram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado. Afinal uma constituição que, pondo barreiras inaccessíveis ao despotismo, quer real, quer *democratico*, afugente a anarchia, e plante a arvore daquella liberdade, a cuja sombra deve crescer a união tranquillidade, e independencia deste Imperio, que será o assombro do mundo novo e velho.

Todas as constituições, que, á maneira das de 1791 e 92, tem estabelecido suas bases, e se tem querido organizar, a experien-cia nos tem mostrado, que são totalmente **theoreticas, e metaphysicas, e por isso inexequíveis**, assim o prova a França, Hespanha; e ultimamente Portugal. Ellas não tem feito, como deviam, a felicidade geral; mas sim, depois de uma licenciosa liberdade, vemos, que em uns paizes já appareceu, e em outros ainda não tarda a aparecer o despotismo em um, depois de ter sido exercitado por muitos, sendo consequencia necessaria ficarem os povos reduzidos á triste situação de presencirem e sofrerem todos os horrores da anarchia.

Longe de nós tão melancolicas recordações: ellas enlutariam a alegria e jubilo, de tão fausto dia. Vós não ignorais, e eu certo, que a firmeza nos verdadeiros principios constitucionaes, que tem sido sancionados pela experien-cia, caracterisa cada um dos deputados, que compõe esta illustre assembléa, espero, que a constituição que facais mereça a minha imperial aceitação, seja tão sabia, e tão justa, quanto apropriada á localidade e civilisação do povo brasileiro; igualmente, que haja de ser louvada por todas as nações; que até os nossos inimigos venham a imitar a santidade e sabedoria de seus principios, e que por fim a executem.

Uma assembléia tão ilustrada, e tão patriótica, olhará só a fazer prosperar o Imperio, e cobri-lo de felicidades; quererá, que seu Imperador seja respeitado, não só pela sua, mas pelas mais nações; e que o seu defensor perpétuo, cumpra exatamente a promessa feita no 1º de Dezembro do ano passado, e ratificada hoje solenemente perante a nação legalmente representada.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL

Em ato contínuo o presidente da assembléia D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro proferiu a resposta seguinte:

“Senhor. — Cabendo-me hoje a ditosa sorte de manifestar na augusta presença de Vossa Magestade Imperial os honrados sentimentos da assembléia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil, a primeira ideia que se me oferece é a novidade deste mesmo espetáculo soberano, e magestoso, pela primeira vez ostentado no Brasil, e raras vezes visto no resto do mundo.

Não é porque em todos os tempos, e em todos os lugares se não tenha visto muitas vezes a magnificência de um Príncipe, dotado de grandes talentos, rodeado de uma pomposa corte governando vastos Estados, ou comandando numerosos exércitos: não é também porque se não tenha visto muitas vezes o entusiasmo patriótico de uma nação inteira, que despertando da miséria, e do oprobrio, em que a tinham agrilhado, grita pela liberdade, reclama os seus direitos, e exige um governo justo e digno de homens. Não há uma nação que não possa apontar alguns destes acontecimentos, como épocas notáveis da sua história, e que são realmente o resultado e o desenvolvimento das paixões humanas no estado social, efeitos espontâneos da natureza moral do homem.

Mas não sei por que fatalidade, ou antes por que providênciia estes acontecimentos andam quase sempre separados; e raras vezes se ajustam, e se combinam para produzirem um só fenômeno, que identifique a grandeza e a glória de um Príncipe com a justa liberdade, com a segurança, e felicidade de um povo. Este grande fenômeno político nunca se pode realizar na infância dos povos bárbaros, nem na decadênciia dos povos corrompidos, e desmoralizados: este fenômeno raro só o tem pôdido apresentar à contemplação do mundo aquelas nações ditosas, que se tem perfeitamente constituído e civilizado; e é este o mesmo grande fenômeno, que agora temos diante dos olhos. A magnificência de um grande Príncipe, o patriotismo de um povo livre e generoso, que possue o mais belo e vasto país do universo, tudo isto representado, e reunido em um ponto de vista, animados todos do mesmo espírito, respirando uma só vontade, e formando um só corpo vivo, e vigoroso; eis aqui, senhor, o espetáculo pela primeira vez ostentado no Brasil, e raras vezes visto no resto do mundo. Espetáculo maravilhoso, que absorve todos os meus sentidos, e que arrebata a minha alama.

Oh! Dia da Santa Cruz, que já nos trazias doces recordações antigas nos fastos do Brasil! Oh! Dia preclaro e venturoso! Oxalá que na revolução dos anos, e dos séculos sempre cá nos trazas um aumento progressista da glória e das prosperidades que esperamos, e que aqui se encerram e simbolisam no recinto desta sala.

Em verdade, senhor, o presente espetáculo chega ao mais alto grau de admiração e de importância, quando é considerado como imagem simbólica, mas energica da verdadeira grandeza e das prosperidades reais que dele devem resultar ao Brasil. O Brasil civilizado já não podia perfeitamente constituir-se e organizar-se, senão adotando as formas, estabelecendo as garantias e criando as instituições políticas, que tem feito a felicidade e a opulência dos povos mais ilustrados do mundo.

A distinção dos poderes políticos é a primeira base de todo o edifício constitucional; estes poderes se acham já distintamente no recinto augusto desta sala: a sabedoria coletiva da nação; a autoridade constituinte e legislativa, o chefe do poder executivo. Mas é este mesmo recinto apertado e estreito que eu considero como imagem mais viva e energica daquele laço apertado e indissolúvel que deve ligar todos os membros do corpo político, daquela doce harmonia que deve dirigir para um só fim todos os supremos poderes, aliás distintos e independentes nos limites da sua esfera. Esta doce harmonia dos poderes é o objeto mais caro e precioso dos mais puros votos do nosso coração, e de todos os cidadãos amantes da pátria e amigos da humanidade. Esta doce harmonia dos poderes não pode ser somente a obra dos talentos e das luzes que hoje se têm difundido por toda a parte, ela se espera principalmente e com todo o fundamento se espera das altas virtudes liberais, que residem no generoso coração de Vossa Magestade, e igualmente se espera das virtudes patrióticas, que estão animando a todos os ilustres Srs. representantes do povo brasiliense. Os talentos e as luzes da assembléia hão de levantar certamente com toda a perfeição e sabedoria a complicada máquina do Estado, mas o que nos afiança a regularidade, a constância e a perpetuidade dos seus movimentos são as virtudes, as paixões bem reguladas pela razão, os bons costumes e maneiras, os sinceros sentimentos religiosos das autoridades públicas e dos indivíduos particulares. Não, senhor, as santas virtudes, sublimes filhas do Céu, não hão de abandonarnos, enquanto nós não abandonarmos a religião de nossos pais, que havemos jurado. Oxalá que as santas virtudes inocentes façam o seu assento eterno no Império do Brasil! E então a mais remota posteridade, abençoando este dia e recordando com respeito e prazer saudoso a instalação da primeira Assembléia Constituinte e Legislativa, verá repetir muitas vezes esse mesmo ato magestoso, em que o monarca vem ao seio da representação nacional a congratularem-se e a felicitarem-se mutuamente pelos duplicados motivos de felicidade do povo e da glória do trono." (1)

(1) Esta resposta foi dada em virtude de deliberação tomada na sessão de 2 de Maio, resolvendo-se então que a mesma resposta "fosse concebida em termos vagos e gerais, que não empecessem o conceito que depois houvesse de formar a assembléia sobre o discurso do Imperador". A referida praxe, porém, não foi continuada, depois disso, em nosso parlamento.

— Acabando este ato, se levantou o presidente e disse em alta voz — Viva o nosso primeiro Imperador constitucional — a que respondeu toda a assembléia e espectadores com altas aclamações. O Imperador respondeu também em alta voz — Viva a assembléia constituinte e legislativa — e foi igualmente correspondido pela assembléia e espectadores.

Concluído este acto pelas duas horas, levantou-se Sua Magestade e assembléia, e com o mesmo ceremonial (1) com que tinha entrado se retirou.

O Sr. presidente levantou imediatamente a sessão. (2).

Bispo Capellão-Mór. Presidente. — Manoel José de Souza França, Secretario.

INCIDENTES RELATIVOS À APRESENTAÇÃO DO VOTO DE GRACAS OU RESPOSTA DA ASSEMBLÉA AP FALLA DO THRONO.

Na sessão do dia 5 de Maio disse o Sr. Alencar: — Sr. presidente, como se acha instalada a mesa peço a V. Ex. licença para fazer uma moção.

(1) O ceremonial havia sido adoptado na sessão de 30 de Abril nos seguintes termos:

1º Que o Imperador deponha a coroa e o sceptro ao entrar da porta do salão da assembléia, e que estas insignias sejam depositadas em uma credencial ao lado do trono.

2º Que os ministros de estado façam parte de seu cortejo, não como oficiais de sua casa, mas sim como grandes ministros do poder executivo, e que por esta atenção se lhes dêem também assentos em cadeiras rasas, entretanto que todos os oficiais-móres que compõem o mesmo cortejo fiquem de pé.

(2) A abertura da assembléia constituinte teve lugar no edifício em que actualmente funciona a camara dos Srs. deputados.

O dia 3 de Maio para a dita abertura foi fixado pela mesma assembléia na sessão de 30 de Abril.

O decreto de sua convocação, referendado por José Bonifácio de Andrade e Silva, tem a data de 3 de Junho de 1822, e foi expedido à vista da representação dos procuradores gerais de algumas províncias do Brasil, da de diferentes câmaras e povo de outras; sendo as eleições dos deputados feitas na forma das instruções de 19 de Junho do dito anno. Posteriormente o decreto de 14 de Abril de 1823 designou o dia 17 seguinte para a reunião da 1ª sessão preparatória.

1889

FALA DO THRONO POR OCCASIÃO DA ABERTURA DA 4ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA, EM 3 DE MAIO

Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação

Animam-se esperanças, que a patria deposita em seus eleitos, todas as vezes que, a elles reunido, venho abrir os trabalhos legislativos.

As relações do Império com as potências estrangeiras continuam, felizmente, a ser da mais cordial amizade.

A convite das repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai, tomou o Brasil parte no Congresso de Estados da América do Sul, que recentemente celebrou suas sessões em Montevideu para formular, sobre matérias do direito internacional privado, diversos ajustes, a respeito dos quais o Governo resolverá oportunamente.

O Brasil concluiu com vários Estados duas convenções, já promulgadas para a troca de documentos oficiais e de publicações científicas literárias.

A situação interna é prospéra em geral: gozamos de tranquilidade. O espírito de ordem da população brasileira prevaleceu nas poucas ocasiões em que factos isolados, de pequena gravidade, exigiram os conselhos da prudência ou a intervenção da autoridade pública.

O extraordinário rigor do verão, influindo sobre causas morbidas, que a hygiene ainda não removeu, determinou o aparecimento de epidemias nesta cidade, e nas de Santos e Campinas, na província de S. Paulo.

A promptidão dos socorros e de providências adequadas attenuou os estragos do mal, que está extinto na capital do Império, e tende o desaparecer nas outras cidades.

Esta calamidade acresceu á secca, que infelizmente ainda afflige algumas províncias do norte, onde parece inutilizado o trabalho agrícola, pois que deixaram de realizar-se as esperanças renascidas com as primeiras chuvas.

No empenho de debellar as causas evitáveis de enfermidades, e de suavizar os efeitos das condições climáticas das províncias assoladas pela secca, o Governo tem tomado providências que o vosso patriotismo e sabedoria completarão.

Entre as exigências da instrução pública, sobressai a criação de escolas técnicas adaptadas ás condições e conveniências locais; e de duas universidades, uma ao sul e outra ao norte do Império, para centros de organismo científico e proveitosa emulação, donde partirá o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino; assim como a de faculdades de ciências e lettras, que, apropriadas ás províncias, se vinculariam ao sistema universitário, assentando tudo livre e firmemente na instrução primária e secundária.

Também vos recomendo a necessidade de attender ao desenvolvimento do culto e ensino religioso, pela criação de um bispado em cada uma das nossas províncias, em geral tão extensas, que não podem estar reunidas em poucas dioceses, sem prejuízo da ação e doutrina pastoral.

Confio que realizareis na presente sessão a reforma da administração local, no sentido de desenvolver praticamente o espírito liberal de nossas instituições.

A administração superior requer a divisão dos ministérios, de modo que negócios de interesse geral, como os da instrução pública,

possam ter mais facilmente administradores de especiaes habilitações.

Espero que vos ocupareis não só dos projetos para melhorar a organização judiciaria e reprimir a ociosidade, mas também da criação de tribunaes correccioeas.

Ainda no interesse da administração da justiça, é tempo de satisfazer a uma dupla promessa da Constituição do Imperio: a criação, nas provincias, de novas Relações, necessarias para a commodidade dos povos; e a redação do código civil. A primeira idéa facilitará a interpoção ou o provimento dos recursos, e os melhoramentos da organização judiciaria dependentes deste facto; a segunda é reclamada pelas incertezas e imperfeições do nosso direito privado actual.

As rendas publicas continuaram a crescer o anno passado, além das previsões do orçamento, e o mesmo se dá no exercicio corrente. O desenvolvimento do commerce e das industrias vai attrahindo capitaes estrangeiros, em moeda metallica, que circula com diferença para menos em relação ao papel do Estado, agora acima do valor do nosso padrão monetario.

O Thesouro Nacional, livre da avultada dívida fluctuante, que feiu de anteriores exercícios, tem disposto de meios mais que suficientes para as despezas internas, sem necessidade de recorrer aos expedientes de antecipação de receita, e conserva em Londres grande parte do ultimo emprestimo, para as suas applicações legaes.

Em tais circunstancias muito se recomendam ao vosso patriotismo instituições de credito, que prestem recursos á maior actividade industrial, e operem a conversão do nosso meio circulante, collocando-o segura e definitivamente em bases normaes.

Em virtude da emancipação civil, que decreastes na sessão transacta, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte succederam a crises desta natureza. A classe agricola comprehendeu que ficára inutil e sem valia uma propriedade, que nem era mais susceptivel de posse, e inaugurou resolutamente o novo regimen, do qual provirá a regeneração e o augmento das industrias.

O Governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, esse movimento da transformação economica e social.

Assim que tem posto o maior empenho em estender a rede de viação ferrea, quer autorizando o prolongamento das estradas pertencentes ao Estado, quer concedendo garantia de juros para as que podem ser construidas, em condições vantajosas, por empresas particulares.

Não têm sido menos solícitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras industrias, favorecendo a corrente imigratoria, já avolumada, e em grande parte espontanea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa patria. Ascenderam as entradas, o anno passado, ao numero de 131.000 imigrantes; as dos ultimos meses annunciam resultado maior.

Para fortalecer a immigração e aumentar o trabalho agricola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a

proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa occasião resolvoreis sobre a conveniencia de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade publica, os terrenos marginaes das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietarios e podem servir para nucleos coloniaes.

Cumpre-me lembrar-vos a necessidade de adiantar a discussão do código penal e do processo militar. A subrogação dos antigos regulamentos de guerra por uma lei mais de acordo com a moderna sciencia penal, é aspiração constante e justissima do exercito e da armada.

Augustos e Dignissimos Srs. Representantes da Nação.

Muito haveis feito pelo progresso e felicidade de nossa Patria, porém muito resta ainda por fazer em uma nação nova, de extenso territorio, cheio de riquezas naturaes, e votada pela Providencia aos mais esplendidos destinos. Si é grande o encargo que assumis, não é menor o vosso patriotismo, e o Brazil o recorda com a mais segura confiança.

Está aberta a sessão.

D. PEDRO II, IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRAZIL.

Sessão em 9 de maio de 1823

“Como era meio-dia mandou o Sr. presidente sahir a deputação incumbida de levar a Sua Magestade Imperial o voto de graças da assembléa, pela falla que dirigira á mesma assembléa no dia da sua instalação. Voltou pouco depois a deputação; e o Sr. Andrade Machado, como orador della, leu o seguinte discurso que fizera a Sua Magestade:

“Senhor.—A deputação, a que pertenço, órgão da assembléa geral constituinte, é com o maior prazer, que vem apresentar a V. M. Imperial as resoluções da mesma assembléa, e os seus puros votos de agradecimento. Senhor, nunca foi V. M. Imperial, nunca poderá ser maior, do que no dia memorando de 3 do presente mês, quando no meio dos anciãos da pátria, animado dos mesmos sentimentos de ternura, e afincio ao Brasil, de amor da ordem e da liberdade genuina, augurou a nós, e á nossa posteridade o esperançoso prospecto da geral prosperidade, que, graças á Providência, desponta radiante, tornada pela paz, concordia e fraternal união, e extreme das densas nuvens das desavenças civis. Insensíveis seríamos nós ao grito das nossas consciencias, e cegos á luz da verdade se desconhecessemos o desinteresse, a generosidade, e a grandeza d'alma de V. M. Imperial, os seus paternaes desvellos pelo adiantamento da nossa comum pátria, mesmo no silêncio de todas as instituições liberais, no torpor de todas as autoridades.

“Insensatos e injustamente prevenidos nos mostrariam, se não descortinassemos nas francas, e leaes expressões de V. M. Imperial os sentimentos de verdadeira constitucionalidade, e o espirito, não dessa liberdade espuria, ou antes licença, que marcha sem-

pre ataviada com as roupas ensanguentadas da discordia, mas sim da verdadeira liberdade, filha de uma regeneração, que pesa com prudencia o bem, e o mal das innovações politicas, que não sacrifica a geração presente a futura e menos abandona o interesse real do individuo, que sente ao presumpto de collecções metaphisicas, que estão fóra da esphera das sensações.

“Como não se penetraria de respeito, como se não encheria de ternura a assembléa dos pais da pátria á vista de um jovem principe, que voluntariamente provocou a reunião de uma assembléa, que deve dividir, e diminuir o poder, que indiviso, e em toda a seu totalidade possuia de facto os seus predecessores? Muito seria isto para qualquer principe, pouco é para V. M. Imperial, cuja conducta magnanima nos tem acostumado a maravilhas.

“Conheceu V. M. Imperial, e conheceu rapidamente, que a grandeza do poder gera de necessidade o abuso, que a fraqueza humana impede o pontual desempenho de atribuições exageradas; dahi o desgoverno, dahi a oppressão do povo, cujas carnes maceradas preão vorazes corvos sociaes, zangões politicos, agentes corrompidos, e inertes aulicos. Conheceu mais V. M. Imperial que a justiça é a primeira das virtudes, e na qual se encerrão todas, e que a sua prática é sempre util ao que a exerce; vio que restituir á nação o que lhe deve pertencer na organização social, era consolidar, e melhor segurar os direitos essenciais ao monarca, direitos sem cuja existência não pode haver verdadeiro conceito de monarchy.

“Depois deste sem par esforço de sabedoria e generosidade menos pesão na minha balança, com quanto muito devão pezar, o trabalho, e assiduidade incansavel com que V. M. Imperial tem attendido a concertar, e fazer continuar o harmônico andamento, ainda das mais pequenas rodagens da complicada machina do estado. Mas a admiração, como tudo que é humano, tem o seu máximo; o qual uma vez tocado, segue-se a gradual declinação do sentimento, quando a novidade o não refresca. Foi este o effeito que produzirão na assembléa os nobres sentimentos de civismo, e verdadeira liberalidade com que V. M. Imperial salpicou a sua graciosa falla, que rociando-nos, como o orvalho da manhã, excitárão de novo a marucente admiração.

“Uma só corda, senhor, que podia parecer discordar no bem ordenado concerto, mas que sem dúvida devia de contribuir para o geral effeito da harmonia, ferio os nossos ouvidos. Seria possivel que desconfiasse V. M. Imperial que a assembléa braziliense fosse capaz de fazer uma constituição menos digna da nação e de V. M. Imperial? Não, senhor, semelhante suspeita não seria consoante com o geral teor de confiança, que respira todo o discurso de V. M. Imperial.

“V. M. Imperial está com razão seguro, e deve estar, que a assembléa braziliense não se deixará deslumbrar pelos fogos fatuos de theorias impraticaveis, creaçao de imaginações escaldadas: antes pelo contrario guida pelo pharol da experiência, a única mestra em política, accommodará com discernimen-

to as novas instituições á matéria, que é dada, e que não está no seu poder mudar; ella conhece que de outra arte perderá as despezas do plantio, e a nova planta definhará á vista de olhos, e por fim acabará por não poder apropriar para nutrir-se succos heterogeneos ministrados por um solo inimigo. A assembléa nem trahirá os seus committentes, oferecendo os direitos da nação em bai xo holocausto ante o throno de V. M. Imperial que não deseja, e a quem mesmo não convém tão degradante sacrifício, nem terá o ardimento de invadir as prerrogativas da corôa, que a razão aponta como complemento do ideal da monarchia; a assembléa não ignora, que elles quando se conservão nas raias próprias são a mais eficaz defesa dos direitos do cidadão, e o maior obstáculo á irrupção da tyrannia, de qualquer denominação que seja.

"Estes são, senhor, os sentimentos da assembléa, conteúdos nas resoluções, que a deputação tem a honra de pôr na presença de V. M. Imperial, as quaes não tenho feito mais do que paraphrazear. Nestes sentimentos permanecerá inabalável, e com a sua inspiração, e guiada pelos dictames da mais circumspecta prudência marchará na sua espinhosa carreira, esperando que a feitura sua lhe dê honra, e seja digna do brioso povo braziliense, e de V. M. Imperial seu illustre chefe."

Acabada a leitura disse que Sua Magestade lhe dera a resposta seguinte:

"Eu me lisonjeio muito vendo que os serviços que prestei em beneficio da nossa cara pátria são louvados pela nação representada na assembléa geral constituinte, e legislativa deste império. Dou-me por bem pago, e a não me faltarem as forças heide continuar a prestar-los a fim de desempenhar o honroso 'título de defensor perpetuo do Brasil, e de mostrar sempre a par delles a minha constitucionalidade. Igualmente agradeço sobre maneira á assembléa a deliberação em que está de fazer uma constituição, digna de mim, digna de si, e digna da nação brasileira, que tão credora é de receber em premio do seu brio, valor e generosidade, uma constituição que lhe assegure aquella justa liberdade, que é a única, que lhe pode acarretar louvores, conciliar amigos, e cobrili-a de felicidades."

DIÁRIO DO PARLAMENTO BRAZILEIRO

Subscreve-se a 2\$000 por mez na Imprensa Nacional, ou em qualquer estação de rádios gerais.

Nº 10 — RIO DE JANEIRO
— TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1889
ASSEMBLÉIA GERAL

SENNAZO

Sessão em 29 de maio de 1889

Presidência do Sr. Paulino de Souza

Sumário — Ata — Expediente. — Pareceres da Comissão de Constituição sobre a Falla do Throno — A secca em províncias do norte (requerimento do Sr. Meira de Vasconcellos).

Discursos dos Srs. Castro Pereira e Henrique d'Avila. Aprovação de requerimento.

Discurso e requerimento do Sr. F. Belisario (Presidente do Conselho) e F. Beisario. Adiamento — Ordem do dia — Requerimento do Sr. Inácio Martins — Discursos dos Srs. João Alfredo (Presidente do conselho) e Visconde de Ouro Preto — Adiamento.

As 11 1/2 horas da manhã faz-se a chama da e acharam-se presentes 31 Srs. Senadores, a saber; Paulino de Souza, Barão de Mamanguape, Godoy, Gomes do Amaral, Castro Carreira, Christiano Ottoni, Henrique d'Avila, Visconde de Ouro Preto, Visconde de Pelotas, Lafayette, Leão Veloso, Barão de Estancia, Barros Barreto, Paes de Mendonça, Barão de Santa Hellena, Viriato de Medeiros, Visconde de Sinimbú, F. Belisario, Correia, Luiz Pereira da Silva, Visconde Jagaribe, Visconde do Cruzeiro, Saraiva, Ribeiro da Luz, Soares Brandão, Soares Fausto de Aguiar Dantas, Siqueira Mendes, João Alfredo, Rodrigo Silva, Thomaz Coelho e Escragnolle Taunay.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Barão de Pereira Franco, Meira de Vasconcellos, Marquez de Paranaguá, Visconde de Bom Conselho, Visconde de Cavalcanti e Visconde de Lamare.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Antonio Prado, Barão de Maioim, Barão de Souza Queiroz, F. Octaviano e Visconde de Serro Frio.

O Sr. Presidente abre a sessão.

Leu-se a ata da sessão antecedente, e não havendo quem dizesse observações, desse por aprovada.

Compareceram depois de aberta a sessão, os Srs.: Silveira Martins, Uchôa Cavalcanti, Lima Duarte, Silveira da Motta, Cândido de Oliveira, Visconde de S. Luiz do Maranhão, Ignácio Martins, Visconde de Vieira da Silva, Franco de Sá, Marquez de Muritiba, Fernandes da Cunha e Barão de Mamoré.

O Sr. 1º Secretário deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Offícios:

Do Sr. senador Meira de Vasconcellos, comunicando que por motivo de molestia em pessoa da sua família, deixa de comparecer ao Senado. — Inteirado.

Do Sr. senador Barão de Pereira Franco, solicitando dispensa de comparecer às sessões até que fique restabelecido dos incompatibilidades de saúde que o têm privado de tomar parte nos trabalhos do Senado, conforme as participações constantes dos offícios de 26 de Abril e 10 do corrente. — A' comissão de Constituição.

O Sr. 2º SECRETÁRIO leu o seguinte

Parecer contendo o projecto de resposta à Falla do Throno

Senhor. — O Senado reconhece que animam a Vossa Magestade Imperial as esperanças que a pátria deposita em seus eleitos, quando reunidos a Vossa Magestade Imperial para abrir os trabalhos legislativos.

Muito grata é ao Senado a comunicação de que as relações do Império com as potências estrangeiras continuam felizmente a ser da mais cordial amizade.

E as convenções e ajustes ultimamente celebrados com varios Estados e principalmente os relativos ao direito internacional privado, que a convite da República Argentina e Estado Oriental do Uruguai se tentou formular no Congresso de Estados da América do Sul, merecerão toda a atenção do Senado.

Reconhece o Senado as condições gerais de prosperidade de nossa situação interna, assim como que, graças ao espirito de ordem da população brazileira, gozamos de tranquilidade, apesar de que em algumas ocasiões a intervenção da autoridade para mantê-la devia ter sido mais conforme com os conselhos de prudencia; e com o reconhecimento dos direitos de reunião, que a Constituição garante aos cidadãos brazileiros.

O Senado deplora calamidade das epidemias que o rigor da estação e outras causas morbidas, que a ciencia ainda não pode remover, fizeram aparecer nesta Corte e nas cidades de Santos e Campinas, da província de S. Paulo; e, reconhecendo que os estragos de tão rigorosa calamidade têm sido principalmente attenuados pela caridade pública, que tem auxiliado os esforços do governo, o Senado espera que, no empenho de debellar as causas que poderão reproduzir tais enfermidades, e suavizar as condições naturaes das províncias do norte assoladas pela secca, o governo proporá as providencias, que o patriotismo do corpo legislativo completará.

Outros assuntos recomenda Vossa Magestade Imperial ao Senado como urgentes:

A criação de escolas técnicas adaptadas as conveniências locaes;

A de duas universidades, uma no norte e outra no sul;

A criação de mais oito bispados;

A divisão dos ministérios;

A reorganização judiciária e a criação de tribunais correcionaes;

A criação de novas relações em todas as províncias;

A redação dos códigos civil, penal e do processo militar;

A criação de instituições de crédito que prestem recursos a maior atividade industrial e operem a conversão do nosso meio circulante;

Regularizar a propriedade territorial, e facilitar a aquisição e cultura de terras devolutas;

Além destes importantes assuntos de reformas políticas e administrativas, cujo estudo e informações o Senado espera encontrar nos relatórios dos ministros, e cujas propostas examinará detidamente, Vossa Magestade Imperial confia, que na presente sessão se realizará a reforma da administração local, no sentido de desenvolver praticamente o espirito liberal das nossas instituições;

Para realização desta reforma no sentido de dar às províncias, e aos municípios tanta

autonomia quanta seja compatível com a integridade da nação, o seja necessária para que aquelas promovam seus melhoramentos sem dependência do governo central, o Senado empenhará todo seu esforço para corresponder a tão elevada intenção de Vossa Magestade Imperial e as exigências irresistíveis da opinião nacional.

Concedida às províncias esta liberdade, que elas reclamam como condição de consolidação das instituições do Império, alargado o direito de voto do cidadão brasileiro, para que o sistema representativo de melhores garantias de fiel representação da opinião nacional, crê o Senado que ficará satisfeita a aspiração que Vossa Magestade Imperial manifesta pelo progresso e felicidade da pátria, e esta nação, nova, de extenso território, cheio de riquezas naturaes, conseguirá os mais explendidos destinos a que está votada pela providências.

Paço do Senado, 18 de Maio de 1889. — Silveira da Motta. — Franco de Sá — F. Belisário, com restrições.

A imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

A SECCA EM DIVERSAS PROVÍNCIAS DO NORTE

É apoiado e posto em discussão o requerimento oferecido na sessão anterior pelo Sr. senador Meira de Vasconcellos, como additamento ao do Sr. Dantas que então se discutia, e que se achava sobre a mesa.

O SR. CASTRO CARREIRA: — ...

E assim tem continuado.

Nós não sabemos o estado em que se acha o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité; era uma obra que deveria ser feita talvez em um ou dois anos, quando muito; não consta até agora se esta adiantada. Não sei se estão já assentando os trilhos; mas, com certeza, ainda não se inaugurou uma estação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de indicação encaminhada à Mesa pelo nobre Senador Franco Montoro, que a justificou oralmente.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO N° 1, DE 1973.

INDICAÇÃO À MESA DO SENADO FEDERAL

Sugere a adoção de novo procedimento no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional.

Com fundamento no art. 151 do Regimento Comum, combinado com o art. 248 do Regimento do Senado Federal, sugerimos à Mesa do Senado, que dirige os trabalhos do Congresso Nacional, o estudo de Projeto de Resolução destinado a alterar o Regimento Comum, com a finalidade de ser adotado o seguinte procedimento no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional: —

1 — A Mensagem será distribuída às Comissões Permanentes do Senado e da Câmara, para exame dentro de sua competência específica. Cada Relator encerrará seu Parecer com conclusões que serão votadas pela Comissão;

2 — Para esse fim, as Comissões similares do Senado e da Câmara se reunirão conjuntamente, ou serão constituídas Comissões Mistas integradas por senadores e deputados;

3 — Serão convocadas, em seguida, sessões do Congresso Nacional para debate geral e apreciação das conclusões;

4 — A Mesa providenciará a publicação de número especial do Diário do Congresso, contendo:

a — o texto da Mensagem;

b — as conclusões aprovadas pelo Congresso;

c — as declarações de votos.

5 — O número especial do Diário do Congresso Nacional será enviado pela Mesa a todas as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e Bibliotecas do País. — Sala das Sessões, em 23 de março de 1973. — Senador Franco Montoro

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A indicação lida será submetida à apreciação da Mesa.

COMARCECM MAIS OS SRS. SENADORES:

Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — Duarte Filho — João Calmon — Benjamin Farah — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Finda a Hora do Expediente.

A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Não há número para votação.

ORDEM DO DIA

Item 1.

Discussão, em turno único, do Parecer nº 471, de 1972, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Indicação nº 1, de 1972, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando, de conformidade com o artigo 248 e seguintes do Regimento Interno, sejam aplicadas as medidas necessárias à proteção dos índios, segregados numa colônia penal para índios, em Crenaque, MG, conforme publicação pelo Jornal do Brasil, edição de 27 de agosto de 1972.

(Parecer pelo arquivamento.)

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)

Item 2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1972, de

autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema do mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 573, 574 e 575, de 1972, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de nº 1-CCJ;

— da Comissão de Legislação Social, favorável ao Projeto e à emenda nº 1-CCJ;

— da Comissão de Finanças, ouviço o Ministério do Trabalho e Previdência Social, contrário.

Em discussão o projeto.

O SR. FRANCO MONTORO (Pela ordem.) — Sr. Presidente, estamos encaminhando à Mesa seu requerimento solicitando o adiamento da discussão e votação desta matéria por uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do requerimento formulado pelo Sr. Senador Franco Montoro.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 12, DE 1973

Nos termos do art. 311, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1972, a fim de ser feita na sessão de 30 de março.

Sala das Sessões, 23 de março de 1973. — Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Não havendo número para a votação do requerimento, fica a mesma adiada para a próxima sessão, e a discussão do projeto sobreposta.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando, para a de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Parecer nº 471, de 1972, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Indicação nº 1, de 1972, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando, de conformidade com o artigo 248 e seguintes do Regimento Interno, sejam aplicadas as medidas necessárias à proteção dos índios segregados numa colônia penal para índios, em Crenaque, MG, conforme publicação pelo Jornal do Brasil, edição de 27 de agosto de 1972.

(Parecer pelo arquivamento.)

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema do mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECERES sob nºs 573, 574 e 575, de 1972, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de nº 1-CCJ;

— da Comissão de Legislação Social, favorável ao Projeto e à emenda nº 1-CCJ;

— da Comissão de Finanças, ouvido o Ministério do Trabalho e Previdência

Social, contrário, dependendo da votação do Requerimento nº 12, de 1973, do Senador Franco Montoro, solicitando adiamento da discussão para 30 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —
Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR EDITAL

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º do Regula-

mento, aprovado em 4 de dezembro de 1972, resolve, nos termos do art. 13, inciso II, e art. 22, § 1º, do mesmo Regulamento, que, entre as matérias a serem consideradas na sessão plenária convocada para o próximo dia 3 de abril, se inclua a alteração regimental.

Brasília, 22 de março de 1973. — *Tarsio Dutra*, Presidente — *Heitor Dias*, Secretário.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

RECEITA

1.000 - RECEITAS CORRENTES

DO MÊS DE JANEIRO DE 1973

DESPESA

3.000 — DESPESAS CORRENTES

1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA

1111 — Contrib. da S. Obrigatorios
02 — Do Senado
1112 — Contr. da S. Facultativos
02 — Do Senado
1113 — Contribuições de Pensionistas

20.400,00

24.783,90

54.438,02

99.621,92

3.100 — DESPESAS DE CUSTEIO

3113 — Gratificação a Servidores (Res. 10/68)
3170 — Despesas Diversas
3.200 — Despesas de Transferências
Correntes

7.250,00

2.519,61

9.769,61

3280 — Pensões a Contr. Obrigatorios
3281 — Pensões a Contr. Facultativos
3282 — Pensões a Beneficiários
3283 — Pensões a Beneficiários Especiais

523.627,86

229.673,16

83.553,16

2.184,50

839.018,68

1.200 — RECEITA PATRIMONIAL

1224 — Juros de Letras de Câmbio
1231 — Juros de Depósitos Bancários
02 — Conta Prazo Fixo
1235 — Juros de Veículos
1241 — Juros de Empréstimos Simples
1242 — Aluguéis
1.400 — Receitas de Transferências
Correntes

23.430,87

322.799,67

3.688,41

24.680,81

10.884,00

385.483,76

1.500 — RECEITAS DIVERSAS

1510 — Multa e Juros de Mora
02 — Sobre Empréstimos Simples

130.565,90

44.883,90

175.449,80

196,00

TOTAL DA RECEITA

Deficit do mês de janeiro/73
TOTAL

660.751,48

188.036,81

848.788,29

TOTAL

848.788,29

Brasília, DF, 31 de dezembro de 1972.

SENADOR CATTETE PINHEIRO
Presidente

BENTO GONÇALVES FILHO
Tesoureiro

ZILDA NEVES DE CARVALHO
Diretora da Secretaria

ROMAN SANTOS
Téc. Contab. CRC-826-DF
Chefe S. Contabilidade

CONCEIÇÃO DE MARIA NEY LEÃO
Contadora-Reg. CRC 909RJ-T-DF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANÇE DO ATIVO E PASSIVO EM 31 DE JANEIRO DE 1973

7.000 — ATIVO		8.000 — PASSIVO	
7.100 — DISPONÍVEL		8.100 — EXIGÍVEL	
7.110 — Caixa	303.317,49	8.114 — Credores Diversos	115.302,29
7.120 — Bancos C/Movimento	182.527,90	8.115 — Imposto de Renda Retido na Fonte	5.566,95
7.121 — Banco do Brasil S/A.	681.849,87	8.200 — FUNDO DE GARANTIA	120.873,84
7.131 — Caixa Econômica Federal	971.933,77	8.210 — Fundo de Reserva	4.000.000,00
7.133 — "Open Market"	861.733,85	8.300 — NÃO EXIGÍVEL	
7.200 — REALIZÁVEL		8.330 — Resultado Operacional	
7.211 — Obrig. Reaj. Tes. Nacional	316.944,00	01 — Exercícios Anteriores	11.612.400,49
7.212 — Dep. Banc. C/Prazo Fixo	7.265.419,60	8.400 — TRANSITORIAS	
7.214 — Devedores Diversos	274,02	8.410 — Recebido p/Conta do Fundo Assistencial	189.943,09
7.215 — Letras de Câmbio	277.304,33	8.420 — Amortização de Empréstimo Simples	650.830,68
7.216 — Letras Imobiliárias	385.600,00	8.900 — PASSIVO DE COMPENSAÇÃO	840.773,77
7.217 — Fundo de Investimento	316.072,66	8.920 — Valores em Cobrança	300.000,00
7.218 — Ações do Bco. do Brasil S/A.	544.062,00	8.930 — Valores em Custódia	990.383,83
7.219 — Letras do Tes. Nacional	314.023,50		1.290.383,83
7.221 — Empréstimos Simples	2.765.756,33		
7.230 — Financiamento de Veículos	240.022,45		
7.300 — ATIVO PERMANENTE			
7.310 — Equipamentos e Instalações	2.724,00		
7.311 — Máquinas, Motores e Aparelhos	31.677,88		
7.316 — Aparelhos de Copia e Cozinha	170,00		
7.317 — Bens Imóveis	512.812,48		
7.318 — Móveis e Utensílios	7.150,00		
7.900 — ATIVO DE COMPENSAÇÃO			
7.920 — Dev.p/Val. em Cobrança	300.000,00		
7.930 — Dev.p/Val.em Custódia	990.383,83		
TOTAL DO ATIVO		17.261.759,96	
Deficit		602.671,37	
TOTAL		17.864.431,33	TOTAL
			17.864.431,33

Brasília, DF, 31 de janeiro de 1973.

SENADOR CATETE PINHEIRO
PresidenteROMAN SANTOS
Téc. Contab. CRC-826-DF
Chefe S. ContabilidadeBENTO GONÇALVES FILHO
TesoureiroZILDA NEVES DE CARVALHO
Diretora da Secretaria

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"			
RECEITA			
1.000 — RECEITAS CORRENTES			
1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA			
1111 — Contrib. de S. Obrigatorios			
01 — Da Câmara	188.100,00		
02 — Do Senado	20.700,00	208.800,00	
1112 — Contrib. de S. Facultativos			
01 — Da Câmara	75.687,81		
02 — Do Senado	24.267,82	99.955,63	
1113 — Contribuições de Pensionistas			
1.200 — RECEITA PATRIMONIAL			
1226 — Juros "Open Market"		4.533,75	
1231 — Juros de Depósitos Bancários			
01 — Conta Movimento	7.824,03		
02 — Conta Prazo Fixo	41.911,29	49.735,32	
1241 — Juros de Empréstimos Simples			
1242 — Aluguéis		55.805,25	
1.400 — Receitas de Transferências			
Correntes			
1411 — Contribuições da Câmara		10.574,00	
1412 — Contribuições do Senado			
1490 — Contribuições Diversas			
01 — Subvenção da Câmara		89.600,00	
1.500 — RECEITAS DIVERSAS			
1510 — Multa e Juros de Mora			
02 — Sobre Empréstimos Simples			
TOTAL DA RECEITA		281,12	
Deficit do mês de dezembro/72		758.283,84	
TOTAL		120.953,20	
		879.237,04	
			TOTAL
			879.237,04

Brasília, DF, 31 de janeiro de 1973.

SENADOR CATETE PINHEIRO
PresidenteROMAN SANTOS
Téc. Contab. CRC-826-DF
Chefe S. ContabilidadeBENTO GONÇALVES FILHO
TesoureiroCONCEIÇÃO DE MARIA NEY LEÃO
Contadora-Reg. CRC 909RJ-T-DFZILDA NEVES DE CARVALHO
Diretora da Secretaria

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANÇE DO ATIVO E PASSIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

7.000 — ATIVO		8.000 — PASSIVO	
7.100 — DISPONÍVEL		8.100 — EXIGÍVEL	
7.110 — Caixa	284.973,95	8.114 — Credores Diversos	137.965,40
7.120 — Bancos C/Movimento	11.895,85		
7.121 — Banco do Brasil S/A	439.342,48	8.200 — FUNDO DE GARANTIA	
7.131 — Caixa Econômica Federal	840.241,20		
7.133 — "Open Market"	1.100.674,28	8.210 — Fundo de Reserva	4.000.000,00
7.200 — REALIZÁVEL	2.677.127,76	8.300 — NÃO EXIGÍVEL	
7.211 — Obrig. Reaj. Tes. Nacional	316.944,00	8.330 — Resultado Operacional	11.612.400,49
7.212 — Dep. Banc. C/Prazo Fixo	7.501.004,98	8.400 — TRANSITÓRIAS	
7.214 — Devedores Diversos	574,02	8.410 — Recebido p/Conta do Fundo Assistencial	185.961,17
7.215 — Letras de Câmbio	495.696,25	8.420 — Amortização de Empréstimo Simples	1.240.864,80
7.216 — Letras Imobiliárias	385.600,00		1.426.825,97
7.217 — Fundo de Investimento	316.072,66	8.900 — PASSIVO DE COMPENSAÇÃO	
7.218 — Ações do Bco. do Brasil S/A	544.062,00	8.920 — Valores em Cobrança	300.000,00
7.219 — Letras do Tes. Nacional	314.023,50	8.930 — Valores em Custódia	1.190.383,83
7.221 — Empréstimos Simples	3.442.117,75		1.490.383,83
7.230 — Financiamento de Veículos	214.800,02		
7.300 — ATIVO PERMANENTE	13.530.895,18		
7.310 — Equipamentos e Instalações	2.724,00		
7.311 — Máquinas, Motores e Aparelhos	31.677,88		
7.316 — Aparelhos de Copia e Cozinha	170,00		
7.317 — Bens Imóveis	512.812,48		
7.318 — Móveis e Utensílios	7.150,00		
7.900 — ATIVO DE COMPENSAÇÃO	554.534,36		
7.920 — Dev. p/val. em Cobrança	300.000,00		
7.930 — Dev. p/val. em Custódia	1.190.383,83		
TOTAL DO ATIVO	18.252.941,13		
Deficit	414.634,56		
TOTAL	18.667.575,69	TOTAL	18.667.575,69

Brasília, DF, 31 de dezembro de 1972.

ROMAN SANTOS BENTO GONÇALVES FILHO
 Téc. Contab. CRC-826-DF Tesoureiro
 Chefe S. Contabilidade

CONCEIÇÃO DE MARIA NEY LEÃO
 Contadora-Reg. CRC 909RJ-T-DF

ZILDA NEVES DE CARVALHO
 Diretora da Secretaria

BALANÇE DO ATIVO E PASSIVO EM 28 DE FEVEREIRO DE 1973

7.000 — ATIVO		8.000 — PASSIVO	
7.100 — DISPONÍVEL		8.100 — EXIGÍVEL	
7.110 — Caixa	320.950,65	8.114 — Credores Diversos	85.082,29
7.120 — Bancos C/Movimento	43.300,89	8.115 — Imposto de Renda Retido na Fonte	6.192,72
7.121 — Banco do Brasil S/A	1.257.548,41	8.200 — FUNDO DE GARANTIA	91.275,01
7.131 — Caixa Econômica Federal	971.938,77		
7.133 — "Open Market"	2.749.198,03	8.210 — Fundo de Reserva	4.000.000,00
7.200 — REALIZÁVEL	5.342.931,75	8.300 — NÃO EXIGÍVEL	
7.211 — Obrig. Reaj. Tes. Nacional	316.944,00	8.330 — Resultado Operacional	11.612.400,49
7.212 — Dep. Banc. C/Prazo Fixo	5.582.782,65	01 — Exercícios Anteriores	
7.214 — Devedores Diversos	274,02	8.400 — TRANSITÓRIAS	
7.216 — Letras Imobiliárias	385.600,00	8.410 — Recebido p/Conta do Fundo Assistencial	193.925,01
7.217 — Fundo de Investimento	316.072,66	8.420 — Amortização de Empréstimo Simples	676.851,26
7.218 — Ações do Bco. Brasil S/A	544.062,00		870.776,27
7.219 — Letras do Tes. Nacional	314.023,50	8.900 — PASSIVO DE COMPENSAÇÃO	
7.221 — Empréstimos Simples	2.590.282,63	8.920 — Valores em Cobrança	300.000,00
7.230 — Empréstimos c/aplicação especial	295.553,69	8.930 — Valores em Custódia	2.990.383,83
7.300 — ATIVO PERMANENTE	10.345.595,15		3.290.383,83
7.310 — Equipamentos e Instalações	2.724,00		
7.311 — Máquinas, Motores e Aparelhos	31.677,88		
7.316 — Aparelhos de Copia e Cozinha	170,00		
7.317 — Bens Imóveis	512.812,48		
7.318 — Móveis e Utensílios	7.150,00		
7.900 — ATIVO DE COMPENSAÇÃO	554.534,36		
7.920 — Dev. p/val. em Cobrança	300.000,00		
7.930 — Dev. p/val. em Custódia	2.990.383,83		
TOTAL DO ATIVO	19.533.445,09	TOTAL	19.864.825,60
Deficit	331.390,51		
TOTAL	19.864.825,60		19.864.825,60

Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1973.

ROMAN SANTOS BENTO GONÇALVES FILHO
 Téc. Contab. CRC-826-DF Tesoureiro
 Chefe S. Contabilidade

CONCEIÇÃO DE MARIA NEY LEÃO
 Contadora-Reg. CRC 909RJ-T-DF

ZILDA NEVES DE CARVALHO
 Diretora da Secretaria

SENADOR CATTETE PINHEIRO
 Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

<u>DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"</u>			<u>DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1973</u>		
<u>RECEITA</u>			<u>DESPESA</u>		
<u>1.000 — RECEITAS CORRENTES</u>			<u>3.000 — DESPESAS CORRENTES</u>		
1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA			3.100 — DESPESAS DE CUSTEJO		
1111 — Contrib. de S. Obrigatorios	92.400,00		3113 — Gratificação a Servidores (Res. 10/68)	7.250,00	
01 — Da Câmara	<u>20.400,00</u>	112.800,00	3170 — Despesas Diversas	<u>1.005,81</u>	8.255,81
02 — Do Senado					
1112 — Contrib. de S. Facultativos			3.200 — DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
01 — Da Câmara	39.401,90		3280 — Pensões a Contrib. Obrigatorios	529.177,86	
02 — Do Senado	<u>24.657,70</u>	64.059,60	3281 — Pensões a Contrib. Facultativos	223.898,96	
1113 — Contribuições de Pensionistas		54.429,34	3282 — Pensões a Beneficiários	85.709,16	
		231.288,94	3283 — Pensões a Beneficiários Especiais	2.164,50	
1.200 — RECEITA PATRIMONIAL					840.950,48
1224 — Juros de Letras de Câmbio	35.547,30				
1231 — Juros de Depósitos Bancários					
02 — Conta Prazo Fixo	607.523,05				
1235 — Juros s/empr. c/aplicação especial	4.151,11				
1241 — Juros de Empréstimos Simples	54.985,87				
1212 — Aluguéis	<u>2.800,00</u>	705.007,33			
1.400 — RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
1411 — Contribuições da Câmara	131.395,80				
1412 — Contribuições do Senado	44.757,70				
1420 — Contrib. Decor. do Saldo de Diárias (faltas)					
01 — Da Dotação da Câmara	<u>7.700,00</u>	183.853,50			
1.500 — RECEITAS DIVERSAS					
1510 — Multa e Juros de Mora			Total da Despesa	849.206,29	
02 — Sobre Empréstimos Simples		<u>337,38</u>	Superavit do mês de fevereiro/73	271.280,86	
TOTAL DA RECEITA		<u>1.120.487,15</u>	TOTAL DA DESPESA	<u>1.120.487,15</u>	

Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1973.

SENADOR CATTETE PINHEIRO

Presidente

BENTO GONÇALVES FILHO

Tesoureiro

ZILDA NEVES DE CARVALHO

Diretora da Secretaria

ROMAN SANTOS
Téc. Contab. CRC-826-DF
Chefe S. ContabilidadeCONCEIÇÃO DE MARIA NEY LEÃO
Contadora-Reg. CRC 909RJ-T-DF

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 5, de 1973 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, que "altera e consolida a legislação referente ao FUNDO AERONÁUTICO".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) REALIZADA
EM 23 DE MARÇO DE 1973

Às dez horas e trinta minutos do dia 23 de março de 1973, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Flávio Brito, Helvídio Nunes, José Guiomard, Clodomir Milet, Fernando Corrêa, Alexandre Costa, Dinarte Mariz, Antônio Carlos, José Augusto e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Italo Conti, Hugo Aguiar, Joaquim Macedo e Célio Marques Fernandes, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 5, de 1973(CN), que "altera e consolida a legislação referente ao Fundo Aeronáutico".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Dinarte Mariz, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Fernando Corrêa.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente
Deputado Hugo Aguiar - 13 votos.
Em branco - 1 voto.

Para Vice-Presidente
Senador Benjamin Farah - 13 votos.
Em branco - 1 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputado Hugo Aguiar e Senador Benjamin Farah.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Hugo Aguiar agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Flávio Brito.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor

Presidente e demais membros e vai à publicação. — Deputado *Hugo Aguiar* — Senadores *Benjamin Farah* — *Flávio Britto* — *Helvídio Nunes* — *Clodomir Milet* — *Fernando Corrêa* — *Alexandre Costa* — *Dinarte Mariz* — *Antônio Carlos* — *José Augusto* — Deputados *Italo Conti* — *Joaquim Macedo* — *Célio Marques Fernandes*.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Hugo Aguiar
Vice-Presidente: Senador Benjamin Farah
Relator: Senador Flávio Brito

Senadores	Deputados
	ARENA
1. Flávio Britto	1. Geraldo Guedes
2. Helvídio Nunes	2. Hanequim Dantas
3. José Guiomard	3. Italo Conti
4. Clodomir Milet	4. Hugo Aguiar
5. Vasconcelos Torres	5. Januário Feitosa
6. Fernando Corrêa	6. Joaquim Macedo
7. Alexandre Costa	7. José Penedo
8. Dinarte Mariz	8. Célio Marques Fernandes
9. Antônio Carlos	
10. José Augusto	
	MDB
1. Benjamin Farah	1. Antônio Annibelli
	2. João Borges
	3. Florim Coutinho

CALENDÁRIO

Dia 22-3-73 - É lida a Mensagem em Sessão Conjunta;
Até Dia 30-4-73 - Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazo

Até dia 11-4-73, na Comissão Mista;
Até dia 30-4-73, no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito - 11º andar - Anexo do Senado Federal - Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Telefone: 24-81-05 - Ramais 313 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem Nº 6, de 1973-(CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei Nº 1.253, de 29 de dezembro de 1972, que "prorroga até 31 de dezembro de 1973 o Regime Especial de que trata o Decreto-lei Nº 1.182, de 16 de julho de 1971, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1973

Às onze horas do dia vinte e três de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Guido Mondin, Lenoir Vargas, Arnon de Mello, Mattos Leão, Magalhães Pinto, Geraldo Mesquita, Helvídio Nunes, Gustavo Capanema e Danton Jobim e os Senhores Deputados Ary de Lima, Josias Leite, Wilson Falcão e Francisco Libardoni, reúne-se a Comissão Mista sobre a Mensagem Nº 6, de 1973-(CN).

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Geraldo Mesquita, que declara instalação da Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como scrutador o Senhor Deputado Wilson Falcão.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Domício Gondin — 13 votos
Em branco — 1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Danton Jobim — 13 votos
Em branco — 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Domício Gondin e Danton Jobim.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Danton Jobim agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Marcio Paes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senadores *Guido Mondin* — *Lenoir Vargas* — *Arnon de Mello* — *Magalhães Pinto* — *Matto Leão* — *Geraldo Mesquita* — *Helvídio Nunes* — *Gustavo Capanema* — *Danton Jobim* — Deputados *Ary de Lima* — *Josias Leite* — *Wilson Falcão* — *Francisco Libardoni*.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Domício Gondin
Vice-Presidente: Senador Danton Jobim
Relator: Deputado Marcio Paes

CALENDÁRIO

Dia 22-03-73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;
Até Dia 30-04-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazo

Até dia 11.04.73 na Comissão Mista;
Até dia 30.04.73 no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — 11º andar — Anexo do Senado Federal — Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-81-05 — Ramais 312 e 303.

Senadores	ARENA	Deputados
1. Guido Mondin		1. Ary de Lima
2. Jessé Freire		2. Edison Bonna
3. Domício Gondin		3. Henrique Fanstone
4. Arnon de Mello		4. Josias Leite
5. Magalhães Pinto		5. Marcio Paes
6. Mattos Leão		6. Wilson Falcão
7. Geraldo Mesquita		7. Alair Ferreira
8. Helvídio Nunes		8. Arthur Fonseca
9. Lenoir Vargas		
10. Gustavo Capanema		

MDB	
1. Danton Jobim	1. Francisco Studart
	2. Francisco Libardoni
	3. Amaury Müller

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Filinto Müller (ARENA — MT)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI) Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES) Ney Braga (ARENA — PR) Virgílio Távora (ARENA — CE) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Flávio Britto (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) Guido Mondim (ARENA — RS)
1º-Vice-Presidente: Paulo Tôrres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários	
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	José Augusto (ARENA — MG)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Benjamim Farah (MDB — GB)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

ARENA

Suplentes

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Titulares

José Guiomard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

ARENA

Suplentes

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Ruy Carneiro

Franco Montoro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

ARENA

Eurico Resende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Ney Braga
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Suplentes

Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos

MDB

Ruy Carneiro

Nelson Carneiro

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Villela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvídio Nunes
Luiz Cavalcante

Domício Gondim
José Augusto
Geraldo Mesquita
Flávio Britto
Leandro Maciel

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 MEMBROS)*

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarsó Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Franco Montoro

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castelo-Branco
Lenoir Vargas
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarsó Dutra

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Emival Caiado
Flávio Britto
Eurico Rezende

MDB

Amaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton Jobim

Nelson Carneiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Heitor Dias
Domício Gondim
Renato Franco
Guido Mondim
Ney Braga
Eurico Rezende

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domício Gondim
Lenoir Vargas

MDB

Benjamim Farah

Danton Jobim

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

ARENA

Suplentes

Antônio Carlos
José Lindoso
José Augusto
Emival Caiado

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Ruy Carneiro

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares
 Carvalho Pinto
 Wilson Gonçalves
 Jessé Freire
 Fernando Corrêa
 Antônio Carlos
 Arnon de Mello
 Magalhães Pinto
 Accioly Filho
 Saldanha Derzi
 José Sarney
 Lourival Baptista
 João Calmon

ARENA

Suplentes

Dinarte Mariz
 Fausto Castello-Branco
 Carlos Lindenbergs
 José Lindoso
 José Guiomard
 Cattete Pinheiro
 Virgílio Távora
 Ney Braga

Franco Montoro
 Danton Jobim
 Nelson Carneiro

MDB

Amaral Peixoto

COMISSÃO DE SAÚDE - (CS)

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Titulares
 Fernando Corrêa
 Fausto Castelo-Branco
 Cattete Pinheiro
 Lourival Baptista
 Duarte Filho
 Waldemar Alcântara

ARENA

Suplentes

Saldanha Derzi
 Wilson Campos
 Clodomir Milet

MDB

Benjamin Farah

Ruy Carneiro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL - (CSN)

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Titulares

Waldemar Alcântara
 Jose Lindoso
 Virgílio Távora
 José Guiomard
 Flávio Britto
 Vasconcelos Torres

ARENA

Suplentes

Alexandre Costa
 Celso Ramos
 Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

Tarso Dutra
 Emival Caiado
 Celso Ramos
 Osires Teixeira
 Heitor Dias
 Jessé Freire

ARENA

Suplentes

Magalhães Pinto
 Gustavo Capanema
 Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamim Farah

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS - (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Titulares

Leandro Maciel
 Alexandre Costa
 Luiz Cavalcante
 Lenoir Vargas
 Geraldo Mesquita
 José Esteves

ARENA

Suplentes

Dinarte Mariz
 Duarte Filho
 Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:

EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
ENCADERNADA EM PELECA	Cr\$ 7,00

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 19-9-71).

c) Quadro Comparativo:

- Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
- Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 19-9-71);
- Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
- Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).

d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — “Institui o Código Eleitoral” (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).

b) alterações:

- Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — “Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)” (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
- Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966” (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
- Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — “Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências” (D.O. de 27-10-69).

III — SUBLEGENDAS

- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — “Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências” (D.O. de 18-6-68).

IV — INELEGIBILIDADES

- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — “Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências” (D.O. de 29-4-70).

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).

- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
- b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- III — SUBLEGENDAS
- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DAS LEIS nºs 5.682, de 21-7-1971 5.697, de 27-8-1971

Tomos I e II, num total de 892 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

ANAIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Prepara- tórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1965, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI N° 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consultante, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denomina-

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE: a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00
encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

“REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF”

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado).

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEBRA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)

— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA
DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20